

Missão de  
"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

denunciar ao Mundo o  
regime de opressão e terror  
do governo fascista de  
Salazar.

# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 47 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## O N U : SALAZAR DESMASCARADO



O senhor Vasco Garin, delegado de Portugal, que estareceu a ONU com as suas previsões sobre a invasão dos marcianos, prepara a defesa do colonialismo salazarista da melhor maneira, isto é com as quatro patas no chão.

**SOLIDÃO  
CADA VEZ  
MAIOR**

O ruflar das bandeirinhas americanas apressadamente destraldadas para a palhaçada da recepção ao SANTA MARIA decididamente não comoveu os Estados Unidos e não impediu este país de tomar, perante o problema de Angola, no Conselho de Segurança da ONU, a posição que o bom senso, a justiça e o realismo político aconselhavam. E se o tremular favorável das bandeirinhas não tocou o coração do Departamento de Estado, as manifestações históricas de meia-duzia de legionários que, todos nervosos, gritaram em Lisboa os slogans anti-americanos laboriosamente aprendidos, também não abalarão a decisão de Washington, firmemente assente.

Salazar ainda não quis compreender — e esta incompreensão mostra-no que ele não é tão hábil político quanto alguns de nós receosamente pensavam — que na atual situação internacional o seu funambulismo, inclinando-se ao sabor da corda bamba, é totalmente insustentável. O mundo ocidental e cristão, de

que ele se arvora em sustentáculo e, mais do que isso, em oráculo e conselheiro, repudia, clara e insofismavelmente, os seus métodos e a sua técnica de governo. E repudia-o em todos os setores: no plano da política interna, como se verificou quando as grandes potências recusaram intervir no caso do SANTA MARIA, e no plano da evolução africana, como se comprovou agora graças à posição dos Estados Unidos. A grande lição dos dois importantes acontecimentos é precisamente esta: a América resolveu finalmente largar no meio da estrada o fardo inútil do salazarismo. Colocados perante um mundo que nasce e um mundo que morre os Estados Unidos não podiam hesitar.

Para nós, democratas portugueses, o que importa assinalar é que esta decisão vem indiscutivelmente apressar a morte desse moribundo que é o regime salazarista, cuja agonia se arrasta agora numa solidão cada vez maior.

**PORTUGAL  
DEMOCRÁTICO**



**Conferência  
Europeia  
Para a  
Anistia**

Em 25 e 26 de Março p.p. realizou-se em Paris a 1.ª "CONFERENCIA DA EUROPA OCIDENTAL PARA A AMNISTIA DOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES E ESPANHÓIS", com intervenção, também, de delegados portugueses.

Nesta Conferência, e de acordo com os delegados da Comissão Permanente das Conferências Sul-americanas Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses que se deslocaram a Paris, deverá ter sido programada a 1.ª Conferência Mundial de Anistia, sobre o que este jornal dará os necessários esclarecimentos no seu próximo numero.

O "Centro Republicano Português", o "Comité dos Intelectuais e Artistas pró Liberdade de Expressão em Portugal" e PORTUGAL DEMOCRATICO fizeram-se representar pelos Profs. Manuel Valadares e Emílio Guerreiro, nossos companheiros do "Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal", de Paris.

Além disso, foram daqui enviadas numerosas mensagens ao presidente da "Conferência da Europa Ocidental" reclamando que o problema da repressão policial-judiciária em Portugal fosse incluído na ordem dos trabalhos.



**Josué  
de  
Castro**

Este mundialmente conhecido cientista e homem publico brasileiro deslocou-se a Nova York, à sede das Nações Unidas, num dos ultimos dias de Março passado, para, como delegado da "2.ª Conferência Sul-americana pró-anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses", apresentar na Comissão dos Direitos Humanos o caso da repressão política em Espanha e em Portugal, a fim de que o mesmo seja tratado por aquela instituição internacional.

**O terror policial  
contra a democracia**

**ALARMANTE SITUAÇÃO  
DOS PRESOS POLITICOS  
NA FORTALEZA DE CAXIAS**

Agrava-se a situação dos presos políticos em Portugal. As provocações, os insultos e o refinamento de processos de tortura, os castigos por agentes sem escrúpulos, caracterizam a vida diária de centenas dos melhores filhos e filhas do povo português que jazem nos cárceres salazaristas. Enquanto homens e mulheres das mais variadas correntes políticas de inúmeros países da América Latina e de outros continentes clamam anistia e um tratamento humano para os presos políticos de Portugal, a ditadura de Salazar, escarnecendo estes nobres sentimentos de fraterna solidariedade agrava o terror, as perseguições e as violências sob a alçada da PIDE, as condições prisionais ganham uma dolorosa acuidade, que denuncia a existência de um plano repressivo que vai crescendo de vigor.

**CASTIGOS EM MASSA**

Em 5 de Outubro de 1960 numerosos presos foram castigados com dias de segredo, privações de visita e recebimento de alimentos. Por quê? Porque verdadeiramente manifestaram o seu regozijo pela passagem do 50.º aniversário da implantação da República, que o próprio governo se viu forçado a comemorar.

No dia de Natal os presos não puderam receber a tradicional visita em comum de suas famílias. Idêntica situação se processou no dia de Ano Novo.

Este desumano procedimento provocou os protestos dos presos e das suas famílias. No dia de Natal os patriotas encarcerados recusaram-se a tomar as refeições da tarde. No dia de Ano Novo não tomaram as duas refeições. A GNR que no dia de Natal havia expulso brutalmente os familiares dos detidos, do recinto da prisão não deixou sequer que se aproximassem do Forte no dia de Ano Novo.

Dias depois, em sinal de represália, a generalidade dos presos ficou privada de visitas, do recebimento de alimentos enviados por suas famílias, de compras de artigos de mercearia ou de alimentação. Não ficaram por aqui as medidas repressivas, estabelecidas pelo próprio diretor da PIDE, o capitão HOMERO DE MATOS. Os doentes a quem o médico da prisão havia concedido uma alimentação suplementar ou dieta viram-se privados destas, por determinação policial. Ficaram igualmente proibidos de escrever ou de se dirigir ao Diretor. Estes castigos têm um prazo de 2 meses para os presos em geral e de 3 meses para os chefes de sala.

**ESPANCAMENTOS E  
MAUS TRATOS  
A MULHERES**

Sem visitas, isolados do mundo, os patriotas detidos encontram-se à mercê dos sinistros processos de tortura da PIDE. A vida dos presos tornou-se insuportável.

As camponesas da aldeia do Couço, detidas há dois meses, foram chamadas à sede da PIDE, para novos interrogatórios, uma após outra. A maior parte suportou a tortura da "estátua", durante 3 dias. Uma delas, de nome Idalina, já sofreu, por duas vezes, 5 dias consecutivos de "estátua". Na última, foi espancada violentamente. Regressou ao Forte de Caxias gravemente ferida na cara.

A democrata Maria Albertina, presa a 14 de Novembro do ano passado, permaneceu em interrogatórios contínuos na sede da PIDE desde as 6 horas da manhã de um dia até às duas do dia seguinte. Este processo de espancamento psíquico foi acompanhado de maus tratos. Em 2 de Janeiro levaram-na novamente à polícia e aí a submeteram à tortura da privação do sono até ao dia 7. Suportou novas e mais refinadas provações morais e físicas. Uma mulher, de baixo porte, tornada agente da PIDE, agrediu-a na cabeça. Na quinta noite, exausta de forças, tece uma crise tão séria que a própria poli-

cia mandou chamar o médico, que diagnosticou um esgotamento nervoso e físico, além do traumatismo das pancadas. Chegou à prisão atacada de fortes dores de cabeça e de perturbações mentais.

**AGRESSÕES A PRESOS**

A posição de firmeza e de coerência dos patriotas portugueses no tribunal fascista desperta a cólera dos esbirros da PIDE que os transportam à prisão. As longas condenações, decretadas por um dos mais fiéis serventuários da polícia, o desembargador Silva Caldeira, seguem-se os processos de tortura, infligidos pela PIDE. Uma vez chegados ao Forte, os detidos são chamados a contas, insultados e violentamente espancados, por terem definido uma atitude de honradez e de intransigência diante do Tribunal que os condenou. Assim sucedeu a A. Centeio, de Alpiarça, agredido na Secretaria da prisão após o seu regresso do julgamento, a J. Bexiga, espancado no pátio interior do Forte, diante dos funcionários, por vários agentes da PIDE.

**DIFICULTA-SE A  
ASSISTÊNCIA MÉDICA**

São vários os casos de presos doentes, que a perseguição policial e os métodos de tortura privam de assistência médica e de tratamento, desde há longo tempo. Não se trata de uma recusa sistemática. A PIDE usa atitudes de criminosa hipocrisia. Ela retarda, evita, escamoteia a assistência médica, para a consentir em condições de pleno agravamento da doença, após semanas e meses de expectativa.

Atualmente não são fornecidos medicamentos estrangeiros, receitas dos pelos médicos. Substituem-nos idênticos ou de inferior qualidade, por medicamentos nacionais não idênticos ou de inferior qualidade. Há demoras premeditadas no seu fornecimento e interrupções prolongadas no tratamento de enfermidades graves, depois de terem sido diagnosticadas e de imporem urgentes cuidados clínicos. Tal o caso da Dra. Maria Luiza Costa Dias Soares, gravemente enferma, a quem a polícia retirou, sem consentimento médico do hospital de Sta. Maria e a quem não concedeu durante meses sucessivos qualquer tratamento, apesar dos seus insistentes pedidos e do seu perigoso estado de saúde. Tal o caso de Maria Angela Vidal, de Maria da Piedade Gomes dos Santos, de Sofia Ferreira, de Luiza e Aida Paula, doentes que carecem de um tratamento imediato e de uma assistência clínica assídua que a polícia lhes recusa, com a consciência dos perigos que a sua saúde lhes faz correr.

A Dra. Cândida Ventura, patriota de destacados méritos, esteve quase de Caxias, sem que a polícia consse à morte, numa das celas do Forte, no seu internamento num hospital ou numa casa de saúde.

Francisco Miguel, que há mais de 20 anos conhece os rigores dos cárceres fascistas, viu a sua saúde arruinada pelos frios métodos de assassinato, empregados pela ditadura fascista.

Preso de novo em Julho do ano passado, seis meses após a sua heróica fuga da Fortaleza de Peniche, foi recentemente metido, por um período de 30 dias, numa masmorra do Forte, de cujas paredes escorre água.

Carecem de assistência e vêm-se privados dela, José Magro, condenado a 9 anos de prisão, Carlos Aboim Inglês, castigado com vários dias de segredo, por ter protestado contra os espancamentos de um seu companheiro de cárcere; Rolando Verdial, Mário Antunes Rola, Manuel da Costa, Manuel Gonçalves, Manuel Pedro, Manuel Ferreira, Centeio, Bexiga e outros.

A aplicação de castigos, a proibição de entrada e de compra de alimentos, a supressão de dietas e de complementos de alimentação, resos, cujo emagrecimento é notório, fletiram-se no estado geral dos praelém das funestas repercussões na saúde dos que se encontram enfermos e alguns em estado que inspira sérios cuidados, como a Dra. Maria

Luiza Soares, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Francisco Miguel, Dra. Cândida Ventura e Maria Angela Vidal.

A polícia recusa sistematicamente a hospitalização dos doentes, mesmo em estado grave. Até os que estavam hospitalizados recolheram à cadeia, antes de se encontrarem restabelecidos.

Nas salas superlotadas os presos doentes fazem vida em comum com os presos sãos, numa promiscuidade cujas consequências os dirigentes salazaristas bem conhecem.

**OUTROS ASPECTOS  
DAS CONDIÇÕES PRISIONAIS**

Várias salas têm mais do dobro da população correspondente à sua capacidade. Os recreios são apenas meia hora, quando a lei determina que sejam pelo menos de uma hora diária. Quando chove os presos estão privados deste contacto com o ar livre.

Os patriotas encarcerados só podem receber a visita dos seus advogados, depois do processo ter transitado para o tribunal, período que nunca é inferior a seis meses.

As conferências com os advogados realizam-se em salas da PIDE em condições que tudo faz presumir, de serem registadas em gravadores de som.

**UM APELO A SOLIDARIEDADE**

Os fatos narrados são uma página do grande livro sobre o terror instaurado em Portugal pela ditadura fascista. Tamanhas violências e outras de mais refinado sadismo não podem deixar de encontrar vivos sentimentos de indignação no generoso coração dos homens. Os esbirros salazaristas quem estabelecer uma muralha de silêncio em volta do país para que nela se esbatam os gritos das suas vítimas, o eco dos seus crimes, a violência dos seus atos terroristas, Mas a consciência dos povos tomou conhecimento do verdadeiro significado desta ordem tumular existente em Portugal.

Hoje fazemos um novo apelo às consciências sãs dos povos irmãos do Brasil e de outros países da América Latina.

Ajudai-nos. Nos cárceres fascistas jazem centenas de patriotas perseguidos, insultados, maltratados. De mãos dadas, erguendo o protesto comum contra as violências salazaristas podemos evitar que novos assassinatos se cometam que os longos anos de cárcere sirvam os hediondos desejos dos sinistros agentes da PIDE encarregados de executar um plano premeditado de ilegalidades e de crimes.

Fevereiro de 1961.

**TRES PATRIOTAS  
PRESOS E TORTURADOS  
PELA PIDE**

PORTO — A 18 de Janeiro foram presos em Guimarães, os democratas Mário Sena Lopes, perseguido pela PIDE em consequência da sua actividade nas últimas eleições presidenciais. António Lopes da Silva Ribeiro e José Filipe Monteiro da Silva.

Na madrugada do dia 19 foram conduzidos pela PIDE para a sede da Sub-Diretoria do Porto.

Desde esse dia que estão sendo submetidos a maus tratos, à tortura da estátua e à privação do sono.

Mário Sena Lopes foi transferido com algemas de Guimarães para o Porto. Decorrido perto de um mês e apesar da legislação fascista estabelecer como período máximo de incomunicabilidade, 48 horas, os 3 democratas encontram-se ainda sem visitas dos seus familiares. Outras prisões, por simples suspeita, foram efetuadas em Guimarães.

O precário estado de saúde de Sena Lopes e as torturas a que tem sido submetido põem em perigo a sua vida.

Torna-se urgente que a opinião pública tome conhecimento de mais este ato de brutalidade policial levado a cabo contra patriotas que defendem as suas idéias e lutam pela instauração da Democracia em Portugal.

**A farsa da  
Justiça  
Em Angola**

Em seu número de fevereiro diz o jornal "A Voz Angolana":

E' forçoso que o mundo saiba que o julgamento do último grupo de 20 patriotas angolanos redundou numa perfeita farsa.

Um grupo de quatro advogados — Santana Godinho, Penha Gonçalves, Aguas Cruz e Joaquim Mendes tentou convencer os seus constituintes da necessidade de conduzir a sua defesa pela blandícia, negando a evidência escravagista da política portuguesa em Angola, negando a extorsão histórica que constitui a presença de Portugal em Angola, negando as violências dos agentes da Pide, negando tudo — e pedindo perdão ao governo português.

Nesse logro caíram três ou quatro dos réus. Os restantes, imediatamente prescindiram da intervenção dos seus defensores, fazendo eles próprios a sua contestação, que resultou num ataque assombroso — tecido de casos absolutamente vertedicos — aos processos cavilosos dos portugueses.

Entretanto, o Tribunal, considerou inconvenientes os termos das contestações apresentadas por outros três advogados: dra. Medina; drs. Saías e Valadas, e limitou-lhes a defesa. Logicamente, os referidos casuísticos entenderam tal facto como afrontoso e prejudicial à defesa dos seus constituintes e imediatamente renunciaram a continuar a ocupar-se da respectiva defesa, abandonando o Tribunal. Foi então nomeado um defensor officioso dos réus Sebastião Gaspar Domingos, Vas Contreiras, João Lopes Teixeira, Pascoal de Carvalho, Armando Ferreira da Concelção Jr., Nobre Ferreira Dias, Noé da Silva, Gamaliel Gaspar e Manuel Bernardo. O defensor officioso foi um capitão do exercito, que agiu apenas como figura decorativa. Igualmente os quatro advogados salazaristas ou oportunistas — dentre os quais um, o Santana Godinho, já foi chefe do gabinete dum antigo governo e elemento muito conhecido pelas negociações de que participou — limitaram as suas instâncias ao aspecto meramente abonatório. Deste modo, o Tribunal sufocou o conhecimento público dos crimes e dos roubos praticados pelos agentes da administração portuguesa nas pessoas dos verdadeiros donos de Angola.

A proposito deste julgamento, vem a talhe de foice narrar um pequeno e significativo episódio de que foi protagonista o famigerado agente da Pide, Lontrão, muito tristemente conhecido pela sua sádica violência e pelas suas recentes intrigas no Congo, com que procurou prejudicar a "Causa Angolana da Independência" e obter a prisão dos patriotas angolanos aqui acolhidos.

Antes de ter início uma das últimas sessões no Tribunal o agente Lontrão, tendo sabido que na véspera, alguns ou a maioria dos réus haviam acusado os processos por que a Pide obtem as declarações dos presos (processos desumanos e ilegais) e que haviam ao mesmo tempo, feito declaração solene de que apenas pretendiam a Independência de Angola e que só isso lhes satisfaria, dirigiu-se à sala onde se encontravam os patriotas angolanos e, de dedo em riste e em termos possessos, gritou-lhes:

— "Vocês falaram ontem mal da Pide e mal de Portugal. Pois fiquem sabendo que daqui por diante vão-se ver mal comigo. Vou vos pôr sem concerto..."

O mundo compreenderá toda a extensão do significado desta ameaça...



# Os portugueses de S. Paulo e o caso Galvão - Salazar

M. REIS

Infelizmente a comunidade portuguesa do Brasil, nunca em tempo algum conseguiu impôr-se de forma definitiva e absoluta perante os brasileiros, e em parte, existem razões para esse fato, como sejam as atitudes ridículas e arbitrárias de um reduzido grupo de senhores que se julgam os donos dessa comunidade, tudo fazendo e decidindo em nome da mesma, sem que para isso estejam devidamente credenciados. — Os melhores valores de nossa comunidade vivem completamente afastados da colônia, dispersos e não dando confiança para esse reduzido grupo, cujo único valor positivo é o dinheiro, o que é realmente pouco.

Estas nossas observações vêm a propósito da atividade de um reduzido grupinho de comendadores e aspirantes e esse título, em relação ao caso Galvão-Salazar, que para agradarem ao representante consular do atual governo português, submetendo-se às suas ordens, subtilmente dadas e induzidas, porque na verdade esse grupinho, nem capacidade tem, para sozinho marcar uma posição, foram levados a tomar atitudes públicas e contraproducentes, que os ridicularizaram perante a maioria esmagadora dos portugueses, que não estão de acordo com as suas ações porque preferiam uma discreta neutralidade, num país onde a maioria dos brasileiros e imprensa se colocou ostensivamente ao lado do Capitão Galvão, na esperança de dias melhores para os portugueses.

A atitude das nossas associações, tinha neste caso de ser de neutralidade total, já que a sua maioria são luso-brasileiras, devotadas a causa do prestígio de Portugal no Brasil e à amizade dos naturais dos dois países, com associados de todas as cores políticas. Felizmente as diretorias da maioria dessas associações, assim o compreendeu mantendo uma atitude discreta. — Porém, alguns poucos diretores, desejando brilhar e candidatar-se; uns a uma comenda de maior categoria, outros a uma simples lembrança, resolveram, contrariando os estatutos das suas próprias associações, e até a vontade dos seus associados, colocar-se sob o comando do cônsul de Portugal, realizando reuniões, enviando telegramas, promovendo missas e subscrições, tomando assim uma atitude política, ostensivamente em favor do atual governo português, em nome da comunidade portuguesa de São Paulo.

Com todas as suas manobras, não conseguiu o cônsul de Portugal ter à sua volta a unanimidade das nossas coletividades, já que alguns dirigentes estiveram ligados ao grupinho, em seu nome pessoal, e não no das suas associações. — As coletividades realmente representadas nas atividades salazaristas, promovidas pelo cônsul de Portugal em nome da comunidade representavam uns 3.000 portugueses, em uma comunidade de 200 mil, só na Capital do Estado. — No entanto essas poucas coletividades não realizaram Assembléias Gerais, que nos provassem estarem todos os seus associados de acordo, em atividade desses poucos dirigentes que compareceram a essas reuniões, estamos certos, que se fossem realizadas Assembléias Gerais, nem uma só coletividade estaria presente.

Pelo exposto, perguntamos: — Com que direito esse grupinho de umas 15 pessoas, enviaram telegramas e realizaram outras atividades, em nome de uma comunidade, que estão longe de representar? — Foi uma arbitrariedade, que só veio dividir os portugueses de São Paulo, ampliando ainda mais as divisões existentes, criando um sem número de inimizades entre os seus componentes, e disto é inteiramente responsável o dr.

Pereira Bastos. Aliás, o cônsul de Portugal, João Pereira, parece ser um "habíl diplomata" em criar desordens, confusões e dissidências, porque é megavel que esse senhor na sua breve passagem pelo consulado de Portugal, só criou na comunidade problemas entre os seus componentes e associações, não usando por vezes de um mínimo de ética e em outros casos, faltando à verdade para colocar bem a sua pessoa.

Alguns opositoristas mais ativos, fazem parte de algumas das nossas associações, como Clube Português e Casa de Portugal e nunca levaram para essas agremiações as suas idéias políticas, colocando sempre acima de tudo o seu dever coletivo e o nome de Portugal, em contraste com esse grupinho de comendadores e aspirantes sob o comando do João Pereira, cônsul luso. Tudo por um exibicionismo tolo e ridículo, porque no fundo, o que lhes interessa, são as fotos, nome nos jornais e comendas, o seu patriotismo está e estará sempre condicionado à projeção do seu nome. Sinceros, existem poucos, mas esses não fazem exibicionismos tolos.

Destacaram-se pela sua atividade os srs. Alberto Afonso Salgado, Francisco Barreiro e Gabriel Pinho da Cruz, o primeiro já comendador e os outros ainda aspirantes, e mais uns tantos, poucos, que não foram além de 15, que tudo fizeram em nome da comunidade, na esperança de serem contemplados no próximo rateio que já se anuncia em surdina. Esses 15 senhores enviaram telegramas, redigidos pelo cônsul; promoveram missas, às quais não compareceram mais de 200 pessoas, apesar da intensa propaganda que saiu bem cara; promoveram subscrições das quais foram eles os únicos subscritores. É realmente preciso topete e descaradamente, para esses indivíduos, que se julgam os donos da comunidade e dos portugueses, falassem e realizassem atos em nome de 400 mil portugueses de todo o Estado, intruindo até o próprio governo português, que talvez por algum tempo fique convencido que a comunidade lusa da Pauliceia está a seu lado, quando a realidade é outra, como será facilimo provar. Sabemos que até fitas gravadas foram enviadas para Portugal, para melhor suggestionar o referido governo, que acreditará naquilo, se realmente for constituído por idiotas.

É necessário que se saiba, que as associações portuguesas e luso-brasileiras aparte umas 3 ou 4, entre as 19 existentes, nada são, nada representam e não têm qualquer expressão na comunidade; em cada uma delas o seu número de sócios é reduzido a um mínimo, porque a incapacidade dos seus dirigentes, que nada mais fazem do que se exibir, nunca levaram para essas coletividades os portugueses, que vivem totalmente à margem da vida associativa, que infelizmente não existe mesmo em São Paulo. — Portanto mais uma razão para esses senhores não se expressarem em nome da comunidade portuguesa da Pauliceia, porque, para tanto lhes falta capacidade e direito, e muito menos em nome da comunidade luso-brasileira.

Teria sido muito mais útil e inteligente, o silêncio e a neutralidade em face da posição do Brasil, para não criar um mau estar entre brasileiros e portugueses, já que é aqui, que vivemos, e é no Brasil que temos de procurar elevar o nome de Portugal, como Nação e raça, e não politicamente. Se esse grupinho de comendadores e aspirantes, deseja realmente e sinceramente manifestar-se fazendo a política do governo português e do seu João Pereira, que tenha a coragem de fundar uma associação salazarista, como fez a oposição com o seu Centro Republicano, reali-

zando então atos em nome dessa organização mas nunca em nome da comunidade, e muito menos em nome do "Conselho da Comunidade" que foi fundado e idealizado, não para fins políticos, como deseja o seu João Pereira, mas para unir todos os portugueses e brasileiros sinceramente amigos de Portugal, com o único objetivo de reforçar a amizade luso-brasileira, sem distinção de idéias políticas.

Infelizmente o Conselho da Comunidade Portuguesa de São Paulo, sob a Presidência de Alberto Afonso Salgado, não correspondeu, nem corresponderá, ao que muitos desejavam que fosse. A sua formação foi feita debaixo de sofisma pelo consulado de Portugal, afim do mesmo servir os seus objetivos políticos, desiludindo inteiramente, assim como o seu João Pereira, que esteve longe de corresponder ao lugar ocupado, por lhe faltar categoria para tal. Aqui procurou apenas ser útil aos seus patrões, afim de possivelmente consolidar a sua carreira, o que é lamentável, porque muita gente teve esperança que o novo consul, iria realmente trabalhar a favor da comunidade, mas apenas sabe construir frases bonitas nos seus discursos e talvez uma certa habilidade para manejar marionetes, e nada mais

## Centro Republicano Português

O C.R.P. de S. Paulo conta, como se sabe, mais de meio século de existência, pois foi fundado antes da implantação da República. Reorganizado e revivificado, contendo a maior massa associativa entre os organismos democráticos dos portugueses do Brasil e possivelmente dos das outras partes do mundo, o C.R.P. tem sido a célula-mater da maior parte das iniciativas anti-salazaristas desenvolvidas neste país.

No passado dia 28 de Fevereiro foi eleita a nova diretoria do Conselho Deliberativo, que ficou composta pelos seguintes democratas: Dr. Manuel Sertório, presidente; Eng.º Rilca Gonçalves, vice-presidente; e Joaquim Duarte Baptista e João Catarino Gonçalo, respectivamente 1.º e 2.º secretários. No dia 8 de Março, procedeu-se à eleição da Diretoria (executiva) do Centro, tendo sido escolhidos para ela o cap. J. Sarmiento Pimentel, como presidente; João Alves das Neves, como vice-presidente; Eng.º Carlos Cruz e José Fernandes Portela para, respectivamente, 1.º e 2.º secretários; Silvério da Costa Letra para tesoureiro; Alexandre Leal Dias, para diretor bibliotecário; Henrique Pereira Santo, para diretor cultural; e Lenine de Jesus Alexandre, para diretor social.

O Centro está empenhado numa grande campanha de aumento da sua massa associativa e expansão social, para o que dará brevemente a público o plano que está elaborando.

A aglutinação e organização de todos os elementos democráticos da colônia portuguesa de S. Paulo é um trabalho que se impõe para dele se colherem os frutos necessários a uma eficiente adjuvação da luta pelo derrubamento do salazarismo e também, depois, para o revigoramento e constante esclarecimento da opinião da colônia acerca da futura obra de democratização do nosso país. Por isso, e para isso, o Centro lançará a todas as tarefas necessárias e possíveis que conduzam à rápida estruturação de um movimento de portugueses livres que, sem nenhuma discriminação, possa em breve arrancar à dúzia e meia de "comendadores" salazaristas a aparente liderança da colônia de portugueses desta capital.

Alem disso, o C.R.P. encara com a maior simpatia todos os esforços para a organização no Brasil inteiro de um movimento mais amplo, estruturado em iguais princípios e com idênticos fins.

## Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

### ORA, AS BOAS ESTRADAS!

Quando vinham de Portugal, depois de uns meses de eu tremido no "rabo de peixe", que era o cartaz da sua basófia apatacada, o comendador salazarista enchia a boca com as boas estradas:

— "As melhores do mundo". Também o turista apressado, que desembarcara em Lisboa para arejar as horas de demora do paquete, confirmava: "estradas modernas e pitêus do outro mundo, fora a pinguleta, que nem se fala".

Este só foi até Cascaes e jantou no "Leão Douro".

Aquele tinha estanciado entre Porto-Lisboa, embicou para o Norte ao S. João de Braga, só estradas tronco e "pousadas" com os rapapés do S.N.I. e nome no "Diário da Manhã".

Para a aldeia onde nasceu não levou mais que o farol do brilhantão, pois estrada de rodagem é cousa só prometida. No lombo dum garranito apeou esbodegado e traizeiro esfolado.

— "Mas que caipóra de caminho di cabra, seu moço", disse ele para o compadre risonho de sua presença. E como lhe deram um banho de assento para acalmar as nadegas, a canja era suculenta e o viabinho capitoso, voltou lampeiro à cidade e ao "rabo de peixe". Esqueceu depressa as barcoas de acesso ao logarejo do nascedouro, não viu nem sentiu a mísera condição da pobre gente que fora da sua família, resmungou quando, ali por altura de Coimbra, o asfalto deixou o cascalho à mostra e lhe estuporou um pneu, mas homenageado pelo Secretariado da Propaganda com "comezaina francêuta" no restaurante da Praia do Guincho, firmou o conceito que daqui levava através da Voz e da outra folha de couve, turbulos fascistóides: "O Salazar é... é, como é que elas dizem, oh Matilda? — E' um estradista!" E naquela tecla e confusão de ESTADISTA e ESTRADISTA, sem melhor atestado de simpatia pela ditadura, que as letras gordas empurravam, bem mereceu entrar para o "Conselho da Colônia" onde é figura de proa e de "rabo de peixe" 1955.

O diabo é que chegaram os jornais da terra do princípio deste ano e aquele que menos berra da calamidade das estradas portuguesas, fá-lo nestes termos:

"Intensifica-se o clamor de várias populações do País, pedindo providências para o estado deplorável em que se encontram as estradas que lhe servem de comunicação."

"Esta questão de reparação das estradas e do alargamento da sua rede tem, hoje, um aspecto premente e de interesse nacional, que não pode ser descuidado. Ainda há poucos dias, na Assembléia Nacional — como se lê no "Diário das Sessões" — houve quem se lhe referisse nos seguintes termos: — "encontramos atrasados cerca de vinte e cinco anos em relação ao resto da Europa, e até de alguns anos, em relação à nossa vizinha Espanha". E sublinhou: — "A Franca sofreu a guerra e hoje tem estradas que são pistas maravilhosas. Na Alemanha aconteceu o mesmo e, em quatro ou cinco anos, reconstruíram as suas estradas, mercê dum formidável plano".

O PANORAMA DA POLÍTICA SALAZARISTA

Internacionalmente, é o que se lê nos jornais: a besta apocalíptica vai quebrando as sôgas com que os grandes do Ocidente o traziam ajogado à caranguejola do Governo.

E é coice de meia noite na amizade norte-americana e dentada raivosa naquelas alianças brasucas que o haviam escorado na ONU quando Kubitschek era o tal, do Tomaz anfitrião.

Internamente o rescaldo do Santa Maria leva à cadeia uns 100 tripulantes do barco que Galvão tomou, e 70 marinheiros daquela frigate que vinha para o interceptar na costa africana.

Há, pois, nessas prisões o mais eloquente desmentido da gente do

mar às afirmações do ditador que nos quiz persuadir da fidelidade de todos à causa do Estado Novo e seu dono.

Quanto à paz nas Colônias, uma beleza! E os paraquedistas já iniciaram os derradeiros benefícios da ditadura na África portuguesa: massacre dos pretos, natural e violenta represália exercida sobre os brancos radicados em Angola e Moçambique.

Mas que importância tem esse drama sangrento em face da manutenção da ordem salazarista?

O que interessa ao Governo do ditador é ficar no poder, seja qual for o preço que a Nação tenha de pagar, como vem pagando, para tal fim.

Portugal perderá qualquer possibilidade de acordo e entendimento amigável com os indígenas africanos, e as colônias com uma independência precária, cairão na órbita de influências políticas que a alta finança inventa para as grandes negociações.

Desastres irreparáveis preparados, como heranca maldita do vingativo ditador deixando a um povo inteiro que repudiou a crueldade e a estupidez da sua inquisitorial tirania.

O novo Atila, a terra arrasada, milhares de mortos, milhões de pobres, alguns nababos de barrigão prenhes de roubalheiras e orgias, eis o resumo de trinta e tantos anos de ditadura.

Nós repudiamos os atentados e matanças que se verificam em Angola, com sacrifício de brancos e pretos em retaliações cruéis, tudo resultado e consequência inevitável da política colonialista, estúpida, do sanguinário ditador. Ele é o causador e unico responsável do luto e da miséria que cobrem Portugal.

Ele é a fome, a peste e a guerra, e como Hitler e Mussolini e Franco levará a Pátria a todas as desventuras, a todas as humilhações a todos os ódios a todas as lágrimas.

Inventou, provocou, esta guerra de extermínio na África para se aguentar mais alguns meses no poder.

## Aos Nucleos de Emigração Política

A Comissão de interligação eleita no dia 5 de março, a que em outros locais deste jornal se faz referência, não detem funções diretivas mas tão somente as de proceder, no que se não reporta exclusivamente ao Brasil, a todos os esforços necessários para a coordenação dos núcleos políticos de emigração espanhóis pelas várias partes do mundo e destes com a frente interna, mediante o concurso, em pé de igualdade, de todos esses núcleos e organismos políticos representativos.

Só esta coordenação poderá vir a permitir o estabelecimento de um plano de conjunto de ofensiva final contra o estabelecimento de um plano de conjunto de ofensiva final contra o fascismo salazarista, que envolva todas as ações possíveis quer na frente interna quer no exterior, em cuja elaboração participem todas as forças políticas cuja participação é imprescindível para a execução do mesmo.

Até lá, porém, impõe-se um trabalho organizativo, dentro e fora de Portugal, para a primeira fase do qual a Comissão de interligação solicitará das forças políticas da frente interna e, especialmente por ora, dos núcleos de emigração políticos, por outra via, os elementos informativos considerados necessários.



AS REALIDADES NAS COLONIAS PORTUGUESAS NA AFRICA (conclusão)

# UMA ABERRAÇÃO: O COLONIALISMO SALAZARISTA

Abel Djassi

Encerramos hoje esta notável serie de artigos de Abel Djassi.

Haveria, talvez que atualizar uma ou outra passagem. Mas preferimos respeitar o texto original, porque as atualizações o proprio leitor facilmente as fará, sem que haja necessidade de alterar tão importante documento.

Portugal não admite para os povos das suas colónias o principio da Auto-determinação, o direito de decidir do seu proprio destino. Portugal não reconhece Aos Povos Africanos a capacidade de se dirigirem a si próprios e de participar, como Nações independentes e Soberanas, no progresso da Humanidade. O Governo colonialista-fascista de Portugal insiste na ignorancia da mais evidente verdade histórica do nosso tempo: o fim do colonialismo. O Governo colonialista-fascista português não sabe (ou faz por não saber) que o colonialismo está condenado a desaparecer não somente porque as condições materiais e espirituais do século XX se tornaram incompatíveis com a dominação colonial, mas sobretudo, porque os Povos colonizados estão decididos a acabar com ele para sempre.

Enquanto o Presidente da República Francesa declara: "é preciso que, perante a evolução que sofrem os povos coloniais, a França aceite formar com eles uma Comunidade sobre novas bases, quer dizer, sobre a base da livre escolha de uns e de outros; enquanto o Primeiro Ministro Britânico, depois de ter tomado contacto directo com Os Países Africanos, denuncia Apartheid sul-Africano e declara que "o vento do nacionalismo sopra em Africa e é preciso compreendê-lo e procurar bases novas nas relações com os povos Africanos", opinião confirmada pela preparação pacífica da independência dos Povos do Quênia; enquanto o Rei dos Belgas e o Governo Belga reconhecem aos Povos do Congo o direito à independência e começam a construir novas Nações, ao serviço da Humanidade, e com o apoio de outros Povos — O chefe do Governo Colonial fascista português, declara solenemente: "a Africa inteira arde... porque lhe ditam o fogo do exterior". Quer dizer: contrariamente a opinião dos responsáveis e dirigentes dos países que têm em Africa interesses não menos importantes do que Portugal, o chefe do Governo deste país, cuja receita nacional é inferior a de Gana, por exemplo, não reconhece aos Povos Africanos a capacidade de, sobre a base da sua propria iniciativa, se revoltarem contra a exploração colonial, de se baterem conscientemente pela sua dignidade humana, pela independência e a libertação total do jugo colonialista que os oprime há tanto tempo.

Não será a opinião do governo português que mudará o curso da História. E' o colonialismo que está em vias de arder, de ser reduzido a cinzas pelos próprios Povos Africanos. O colonialismo português, como todos os outros, vai arder também. Serão os Povos Africanos das colónias portuguesas, eles próprios, que deitarão o fogo e reduzirão a cinzas o colonialismo português.

## OS POVOS AFRICANOS CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS

Apesar das destruições, das humilhações e repressões que são vítimas, os Povos Africanos, das colónias portuguesas não perderam

nunca o espírito de resistencia à dominação portuguesa. Resistência armada enquanto puderam responder às guerras coloniais, desencadeadas pelos portugueses, cujo armamento era tecnicamente superior; resistencia passiva durante o período do ouro do colonialismo; resistencia organizada pela luta clandestina, desde o momento que se desenrolou a crise do colonialismo e começou o despertar da Africa para a reconquista da dignidade e da independência nacionais.

Desta luta clandestina, levada a efeito com dificuldades que não têm comparação na História dos Povos colonizados, e que nenhuma força será capaz de sustentar — resultaram já a tomada de consciencia política duma parte considerável das massas africanas e a revelação das realidades da colónia portuguesa perante o mundo. Partidos políticos e organizações

colónias portuguesas e eventualmente residindo fora.

No Congo (dito Belga) e na República do Congo, os imigrantes angolanos ultrapassaram um milhão de indivíduos; centenas de milhares de Moçambicanos estão instalados em Tanganica, na Niassalândia e nas Rodésias. Dezenas de milhares de Guineenses e de Caboverdianos vivem na Federação do Mali (Senegal) e (Sudão), na República da Guiné. Algumas organizações foram já criadas entre os africanos para a luta contra o colonialismo português. Aqueles que residem na Europa, entre os quais alguns patriotas exilados e procurados pela policia portuguesa, estão organizados e decididos a conduzir a luta contra o colonialismo português.

A tarefa imediata na luta contra o colonialismo português é realizar a completa integração de to-

Africanos patriotas residentes na Europa e na América desenvolveram uma acção notavel para demonstrar ao mundo o que é o colonialismo português. Homens honestos e devotados a causa da verdade e do bem da Humanidade, tais como o escritor e jornalista Inglês, BASIL DAVIDSON, o escritor e jornalista americano JOHN GUNTHER e o professor americano MARTIN HARVIS, conseguiram iludir a vigilancia das autoridades colonialistas portuguesas para obter "in loco" dados concretos e provas respeitantes aos crimes do colonialismo português, e depois, eles publicaram livros para dar ao mundo conhecimento desses factos. Por ocasião da ultima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e como resultado prático da luta dos africanos das colónias portuguesas, os representantes de vários Povos, a frente dos quais se encontravam os dos países independentes da

tivas para uma comunhão de interesses com a Belgica e Federação das Rodésias e Niassalândia; oferta de prerrogativas extraordinarias aos capitais não portugueses, sobretudo americanos, alemães e holandeses; hipoteca de futuro dos Povos e dos territórios que ele domina; aquisição de material bélico para a guerra contra os africanos.

Um ministro português, que é um dos principais accionistas pelo menos de uma das grandes Companhias de Angola, declarou: "E' preciso tomar em consideração que nada pode ser feito no Portugal de hoje, sem se contar com a defesa e conservação do ultramar. E' de uma tão grande convicção que o Governo português procura inculcar, por todos os meios, de propaganda no espirito do povo português a idéia de novas guerras coloniais.

Milhares de soldados estão em vésperas de ser enviados para as colónias. Só para Angola está previsto o envio imediato de 40.000 soldados. Unidades aéreas e navais foram estabelecidas em Angola e Moçambique, e Guiné. Procede-se a uma nova distribuição de forças armadas e os generais portugueses delineam planos para a guerra em Africa. Na "Revista Militar" portuguesa, (n.º 12, Dezembro 1959), num estudo do tema "A defesa de Moçambique à luz da Guerra revolucionária", o autor português afirma: "a luta que temos de enfrentar no choque entre o negro e o branco, é uma luta subversiva e revolta das massas negras... Diante do choque que se aproxima a nossa conduta não se pode limitar a uma acção militar contra o rebelde. Ela deve ter um caracter geral, de forma a cortar todo o quadro do conjunto desse choque, e para isso, ela deve ser a resultante de quatro acções conjuntas: militar, psicologica, social e politica...".

Portugal aproveita-se na sua participação nas Organizações do Tratado do Atlantico Norte (OTAN) para obter armas que empregará contra os Povos Africanos, e pretende que esta organização defenda o colonialismo português. Quadros militares são preparados no exterior, incluindo a Argélia em guerra, e uma mais Portugal conta obter o apoio de outros países, em particular da sua antiga aliada — para conservar a dominação colonial. Na ONU Portugal vota sempre pelo colonialismo e pela discriminação racial, esperando a recompensa dos países interessados no seu voto.

De há uns anos para cá Portugal desencadeou uma violenta repressão contra os patriotas Africanos: perseguições, prisões, deportações, torturas e massacres das populações sem defesa — são actualmente práticas do dia a dia nas colónias portuguesas.

Em Angola, mais de 200 africanos do distrito de Cabinda que reivindicaram claramente a independência do seu País, foram presos e depois dados como desaparecidos. Os chefes da União das Populações de Angola, LIBÉRIO NEWFANE, e LELLO FIGUEIRAS estão presos desde 1956 no Campo de Concentração do Bié, enquanto que os seus camaradas JULIO AFONSO, ISAIAS KATMUTKE, ALFREDO BENGUE, CUNHA, LOUREIRO SEQUEIRA e AMBRÓSIO LUYANZI, desapareceram depois de terem sido torturados pela policia politica portuguesa. O Chefe religioso nacionalista, SIMÃO TOCO, cujo movimento se espalhou por toda Angola, especialmente no distrito do CONGO, foi deportado há muito para um CAMPO DE TRABALHOS FORÇADOS no sul de Angola (BAIA DOS TIGRES). Um numero consideravel de africanos patriotas, sob a ameaça de prisão e liquidação pelos colonialistas portugueses, procuram o exílio em



Os sicários de Salazar, todos êles voluntários, preparam-se para impôr, em Angola, a "ordem" colonialista.

de massas, forçosamente clandestinas, foram criadas nas diversas colónias portuguesas. Angolanos, Caboverdianos, Guineenses, Moçambicanos e São-tomenses coordenam os seus esforços para a luta contra o colonialismo português. Na base de um trabalho clandestino, os Partidos políticos e os patriotas africanos, conseguiram desenvolver no interior e no exterior dos seus Países, e na medida do possível, sem qualquer ajuda estranha, as suas organizações de luta, realizaram, ou estão em vias de realizar a União de todos os Movimentos Anti-colonialistas em cada colónia, e criaram uma "Frente Africana" para a coordenação e o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português. Na vanguarda do trabalho de base, levado a cabo em silencio, encontra-se a acção das seguintes principais organizações: MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.); PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE' (dita portuguesa) (P.A.I.); UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA (U.P.A.); MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AFRICANOS SOB DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA e MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (M.A.C.); FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDENCIA NACIONAL DAS COLONIAS PORTUGUESAS (F.R.A.I.N.), sempre com o apoio activo da grande maioria dos africanos subditos das

dos os Partidos políticos e organizações de massas na FRENTE AFRICA, acelerar o desenvolvimento das organizações no interior das colónias, mobilizar os africanos subditos das colónias portuguesas e residentes em Africa para a luta contra o colonialismo português, obter para esta luta o apoio concreto dos povos amantes da Paz e da Dignidade humana, muito particularmente, dos Povos da Africa.

As organizações africanas de luta anti-colonialista das colónias portuguesas, foram representadas nas duas Conferencias dos Povos Africanos: um delegado e um observador em Accra, cinco delegados em Tunis. Estes delegados conseguiram fazer incluir nas resoluções da Segunda Conferencia dos Povos Africanos (Tunis, Janeiro de 1960), um capítulo respeitante ao colonialismo português denunciando a acção colonial portuguesa e os seus preparativos de guerra contra os Africanos e exigindo a independencia imediata dos povos africanos dominados por Portugal.

## A REVELAÇÃO DA REALIDADE COLONIAL PORTUGUESA

Apesar dos esforços dispendidos pelos colonialistas portugueses para esconderem a sua "obra", o colonialismo português foi denunciado perante a consciencia mundial.

Africa e da Asia, atacaram de frente o colonialismo português, denunciaram as mentiras de que ele se serve para justificar a sua presença em Africa e exigiram da parte de Portugal o respeito e o cumprimento dos principios da Carta das Nações Unidas. Como Portugal tivesse mantido o argumento irracional, segundo o qual os territórios que ocupa não são colónias nem territórios não autónomos, porque na Constituição Portuguesa estes territórios são considerados como "provincias portuguesas", uma comissão foi designada para estudar os problemas respeitantes aos países não autónomos e a consequente aplicação dos principios da Carta. Portugal não quer reconhecer que dirige e explora em Africa países e povos não autónomos, cuja situação ele devia rever, se não tivesse necessidade de esconder os resultados de uma acção criminosa nesses países e para com esses povos.

## AS REACÇÕES DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Denunciado, sem novos "argumentos" para iludir a opinião mundial e a ONU, Portugal prepara-se para defender, desesperadamente, a sua dominação colonial em Africa. Acordos secretos com a União Sul-Africana e outros interesses colonialistas, tenta-



Africa e na Europa. Entre os que se encontram procurados pela policia portuguesa para serem julgados, encontram-se: MATIAS MIGUEIS; MANUEL COSTA; JOAO PINOK; MANUEL NACAÇA; ONOFRE OSUSANA; JORGE MINGAS; e os intelectuais MARIO DE ANDRADE e VIRIATO CRUZ.

No mês de Março de 1959, depois de várias prisões em Angola, em Moçambique, na Guiné e S. Tomé, a gestapo colonial portuguesa, que só em Luanda tem mais de 600 agentes secretos, desencadeou uma vaga de perseguições que levou à prisão, mais de uma centena de patriotas Africanos. Submetidos a interrogatórios, torturados (alguns até à loucura), mantidos no segredo, uma grande parte destes patriotas foi considerada ligada ao MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e acusada de atentar contra a segurança do Estado português e contra a Unidade Nacional Portuguesa (art. 141 e 151 do Código Penal Português). Entre os detidos e acusados encontram-se: Hildo Machado, Higinio Aires, Vieira Dias, Francisco Africano, André Mingas, Mendes Carvalho, Noé Saude, penas legais que podem ir até 25 anos de prisão, estão previstas para os acusados, mas todo o mundo sabe que não são senão as vidas destes que estão em jogo nas mãos dos colonialistas portugueses.

Além de africanos presos acusados, 6 democratas europeus foram presos e acusados de prestarem auxílio ao MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Entre eles, está a médica JULIETA GANDARA, que goza de grande prestígio entre a população africana de Luanda.

Portugal que praticou sempre o genocídio das populações africanas por meios indirectos, volta agora a aplicação de meios directos para destruir estas populações: massas, — em S. Tomé mais de 1.000 africanos numa população de 40.000 pessoas, foram mortos pelos portugueses civis e militares no mês de fevereiro de 1953, porque os Africanos se revoltaram contra a imposição do trabalho forçado. Dezenas de africanos foram presos e torturados, dos quais 30 foram mortos por asfixia. Os bens rurais e urbanos de vários africanos foram destruídos pelos colonos a quem as autoridades tinham dado armas. Os trabalhadores forçados oriundos de outras colónias, foram obrigados a participar do massacre. No mês de Agosto de 1959, no Cis de Pijiguiti, Bissau (Guiné) novo massacre: mais de 50 trabalhadores africanos foram mortos a tiro pelos civis e militares portugueses, porque tinham tido a coragem de fazer greve para reivindicar aumento de salários. Os comandantes Militar e da Policia, assim como os soldados e civis, atiraram sobre os africanos sem defesa, quando estes numa tentativa de fuga, se tinham lançado ao mar. O gerente da "Companhia União Fabril", um antigo administrador colonial, foi um dos principais responsáveis por mais este crime praticado pelo colonialismo português.

**UM CRIME CONTRA  
A HUMANIDADE  
E UMA AMEAÇA À PAZ**

Os factos que acabam de ser relatados não são senão uma amostra das trágicas realidades do Processo Colonial Português.

Portugal, ao contrário da posição tomada por outras Nações que tinham ou têm colónias em Africa, não reconhece aos povos Africanos o direito à autodeterminação e à independência e prepara-se para uma guerra colonial contra esses povos. A posição adoptada por Portugal, evidentemente irracional e cheia de falta de respeito para com a Carta das Nações Unidas, é uma ameaça à PAZ Mundial e representa uma tentativa mais da parte dos colonialistas portugueses para cometer um novo crime contra a HUMANIDADE.

**O PRIMEIRO JULGAMENTO  
PUBLICO DO COLONIALISMO  
PORTUGUÊS**

Desmascarados perante a apanha publica Mundial, enfrentando a luta da libertação decarada (embora clandestina) pelos africanos das suas colónias, Portugal é obrigado a provar ao mundo que os Povos das suas Colónias estão decididos a bater-se contra o colonialismo português, pela libertação, a dignidade e a independência.

Um tribunal colonial-fascista, presidido por um jovem juiz filho de colonos, prepara-se para "julgar, em Luanda (Angola) as dezenas de Africanos e os 7 europeus acusados de atentado contra a unidade nacional Portuguesa. A policia politica colonial organizou 3 processos: 2 respeitantes aos africanos e o outro aos europeus.

Não serão os patriotas africanos, que lutam pelo direito de viverem como homens, nem os europeus honestos e amigos dos africanos, que serão julgados em Luanda. Este será o primeiro julgamento publico do colonialismo português. A opinião pública mundial, os Povos democráticos que amam a Paz e a Liberdade, os responsáveis e intelectuais honestos de todos os países não podem deixar de prestar a maior atenção a este julgamento. Eles devem estar lá presentes, ao lado dos africanos. Porque em realidade é o julgamento de um litigio entre o colonialismo português e a Humanidade, no qual Portugal é acusado, cujo crime é a exploração, a humilhação e a tentativa de destruição de 11 milhões de seres humanos.

**O QUE QUEREM OS  
AFRICANOS DAS  
COLÓNIAS PORTUGUESAS**

Lutando contra o colonialismo português, os Africanos das colónias portuguesas defendem os direitos sagrados do seu Povo e lutam pelos interesses da Africa e dos Povos colonizados pelos interesses de todos os Povos do Mundo, pela Paz e pelo progresso da HUMANIDADE.

Os Africanos das Colónias portuguesas querem que Portugal respeite e cumpra rigorosamente as obrigações impostas pela Carta das Nações Unidas. Eles exigem que Portugal siga o exemplo da Inglaterra e da França e reconheça aos povos dominados e explorados por ele, o direito à autodeterminação e à independência.

As organizações Africanas de luta anti-colonialista das colónias portuguesas, identificadas com as mais justas aspirações dos seus Povos querem reconquistar para os Africanos a condição humana, na liberdade e na escolha do seu próprio destino, querem para os seus povos uma verdadeira promoção social, sobre a base do trabalho fecundo e do progresso económico, da unidade e fraternidade africanas, da amizade e igualdade com todos os povos, incluindo o povo português — na Paz e ao serviço da HUMANIDADE.

As organizações africanas de luta contra o colonialismo português são de opinião de que devem fazer uso dos meios pacíficos para conquistar a independência dos seus Países e Povos dominados por Portugal. Mas, eles não têm ilusões e saberão responder com a violência a todas as medidas de violência que o colonialismo português conta usar para perpetuar o seu dominio em Africa. Estas organizações estão vigilantes às manobras diplomáticas e outras de Portugal e contam, sem ilusões, com o facto de nenhum povo nem Governo cometerem o erro de ligar o seu destino ao do colonialismo português que está condenado a desaparecer como todos os outros colonialismos. Estas organizações são de opinião que as riquezas materiais e os valores humanos dos seus países fazem parte do património da Humanidade e portanto, são destinadas a servir o progresso e a felicidade dos seus próprios Povos e de todos os Povos do Mundo.

**UMA GARANTIA**

As organizações de luta contra o colonialismo português, que contam com o apoio dos Povos, Organizações e pessoas dedicadas à causa da Paz e da Liberdade — estão certas de levar a luta até a vitória, a liquidação total do colonialismo português em Africa.

Com certeza os Povos Africanos das colónias portuguesas, destruirão o colonialismo português.

Poderá ser o ultimo a desaparecer, tal como é o ultimo em relação ao desenvolvimento técnico-económico das colónias e o ultimo no respeito para com os Direitos do Homem.

O ULTIMO: Não o menos Prejudicial.  
Fevereiro, 1960.

a) ABEL DJASSI  
(Do COMITÉ DE FRAIN)

**A Liquidação do Sistema  
Colonial Português**

MANUEL DORES

Os factos têm vindo mostrar que tinhamos a razão ao afirmar alguns tempos atrás nas columnas deste jornal que o problema das colónias portuguesas não é um problema caseiro. E é o cada vez menos, à medida que se aproxima, num movimento colossal que nada poderá deter, o fim do colonialismo sob as suas formas tradicionais.

Basta ver com apenas em alguns meses, e mercê de diversos acontecimentos, todos ligados a questões de colonialismo, Angola e os seus problemas apareceram em foco na imprensa mundial, que até esta data quase por completo havia ignorado a existência daquele território. São já hoje muitos os povos e os governos que acreditam que os futuros acontecimentos nas colónias portuguesas são susceptíveis de criar ameaça à paz e que estão dispostos a tomar as medidas realistas que se impõem, enquanto é tempo.

Qual irá ser de agora em diante a politica colonial dos salazaristas, todos o sabem: insistir na manutenção do "status quo", isto é, continuar a tirar o máximo de lucros das grandes empresas coloniais, explorando da mesma forma as grandes massas indígenas, ainda que para tal seja necessário recorrer à repressão mais feroz, mesmo contra o peso e a condenação da opinião pública mundial.

Perante tal attitude, aos povos das colónias portuguesas não restará outra alternativa senão organizarem-se e lutar pela sua libertação. Isso vem a ser feito, e os acontecimentos de que temos conhecimento mostram que em algumas colónias se iniciou já a luta armada contra Salazar.

Com centenas de dirigentes presos e torturados, com outras centenas de mortos vítimas de feroz repressão fascista, os povos das colónias portuguesas tem cada vez mais o direito de decidir dos seus destinos. São eles, que estão morrendo em defesa da sua emancipação da libertação da sua terra, do direito de usufruirmos das riquezas que com tanto custo extraem do solo.

E é este o ponto que mais interessa focar agora. Tal como o problema do povo português e fundamentalmente um problema dos portugueses que vivem em Portugal, e que eles deve de ser resolvido também o problema dos povos das colónias portuguesas é essencialmente um problema dos habitantes desses territórios e a ser resolvido por eles.

Parece-me, pois, que estão profundamente errados os opositoristas que pensam ser possível uma reestruturação do sistema colonial português, a fazer depois de instaurado o regime democrático em Portugal. As pessoas que assim continuarem a pensar já estão e tornar-se-ão cada vez mais, politicamente ultrapassadas. Todas as colónias portuguesas se tornarão independentes, mais cedo ou mais tarde. Não vale a pena continuar a pensar (ou a sonhar!) que "se se tivesse feito isso ou aquilo as coisas hoje seriam diferentes". "se a situação politica em Portugal mudar muito em breve, ainda será possível não "ceder" as colónias, mercê de uma alteração profunda da mesma politica colonial".

O que ha a fazer é estudar o problema colonial com realismo, fazendo um esforço para nos colocarmos no centro verdadeiro do problema.

Quanto a nós, qualquer estudo de contribuição para a solução do problema colonial português, para ser realista, deverá partir das seguintes premissas:

— O colonialismo, como fenómeno histórico, está caminhando para o desaparecimento total, em especial em relação às suas formas tradicionais.

— Mercê da actual conjuntura politica mundial, e ainda que por diferentes razões, a esmagadora maioria dos governos aprova medidas destinadas a adressar a liquidação daquele fenómeno.

— As nações ainda ligadas ao colonialismo são cada vez mais atacadas, e as suas posições tornam-se dia a dia mais insustentáveis (estudem-se atentamente os problemas da Argélia, do Congo, da Africa do Sul, da Federação das Rodésias e da Niassalândia, a evolução do Kenia, etc. etc.).

— A luta de emancipação dos povos das colónias portuguesas está a ser iniciada no momento histórico exato. Está na linha de desenvolvimento histórico-social, na linha de progresso e da promoção humanas. Não poderão deixar de vencer as forças que lutam pela emancipação e pela democracia.

— Grandes capitalistas portugueses e estrangeiros têm enormes interesse nas colónias portuguesas, e farão todo o possível para os salvaguardar, servindo-se das suas estreitas ligações com o governo de Salazar. Essas forças não hesitarão em lançar guerras coloniais sangrentas na defesa das suas "quintas".

— Nas colónias portuguesas vivem 150.000 portugueses, muitos nascidos lá. A grande maioria dessa gente tem também beneficiado das vantagens do sistema colonial. Cabe-lhes a eles compreender que chegou a hora de tomarem uma decisão: ou apoiar a politica de Salazar ou lutam pela independência juntamente com os povos coloniais. Nessa tomada de posição não deverão esquecer que a situação económico-social que desfrutam actualmente se alterará radicalmente no decorrer dos próximos anos. Os que lutarem ao lado de Salazar virão a ser expulsos com todos os seus haveres. Os que lutarem pela independência virão a ser cidadãos dos novos países, com iguais direitos e deveres aos de todos os outros habitantes, sem vestígios dos mesmos privilégios que hoje têm.

— O povo português terá de compreender que Portugal vai perder definitivamente as colónias. Mas Portugal pode viver perfeitamente sem as colónias. Há é que formar as futuras estruturas económico-sociais portuguesas partindo daquela realidade.

— Os grupos opositoristas no estrangeiro terão também de se aperpear que a sua acção não é e nunca será fundamental na solução do problema colonial. Mas tem uma acção especifica a levar a cabo. Eles deverão ajudar a fazer o esclarecimento da opinião pública dos respectivos países a respeito da realidade nas colónias portuguesas. E se como se espera, se tornarem bem conscientes das permissas do problema, eles auxiliarão os povos coloniais a libertar-se. Se o fizerem, estarão atuando com realismo e no sentido do progresso da democracia. Estarão igualmente dando uma grande ajuda à liquidação do regime de Salazar em Portugal, pois parece que ninguém duvida hoje em dia que ele não resistirá ao fracasso da sua politica colonial.

E de-se esse auxilio sem por condições absurdas. Aqueles que já estão lutando, que já estão morrendo às centenas, senão aos milhares, nunca aceitarão quaisquer condições para receber uma ajuda, nunca aceitarão qualquer libertação ou orientação do exterior. As condições de colaboração, no futuro, com os países que saírem das actuais colónias, serão as mesmas que já se verificam um pouco por toda a Africa: colaboração despida de quaisquer resquícios de colonialismo, sem preconceitos raciais, francos, honesta, humana enfim! E mais nada.

**Uma comissão  
da ONU para  
Angola**

"Desde há longo tempo, o Povo Angolano vem ruminando em silêncio os martírios de que é vítima por parte da administração colonial portuguesa. Desta vez, porém, tais martírios ultrapassaram os limites da sua serenidade e, erguendo-se com energia, acaba de preferir a morte ao odioso "regime de bom prazer" do seu pseudo-dono. Teve isto, como consequência a morte de dezenas e dezenas de patriotas que continuam a regar com o seu sangue o solo sacrossanto da Pátria. Esta a razão por que sugerimos que uma Comissão de Inquérito da ONU seja enviada para Angola, quanto antes, a fim de se ocupar deste assunto.

Uma vez que os incidentes se verificaram diante da prisão militar, não foram provocados senão pelas últimas prisões efectuadas pelas autoridades portuguesas de mais de 20 compatriotas que acabam de se juntar aos que já se encontram encarcerados, há longos meses. Sejam, porém, quais forem as desculpas adiantadamente apresentadas pelo ocupante, como a de "incidentes provocados pelos adeptos do General Humberto Delgado, por brancos "pintados" de preto (1), enfim, por estrangeiros", uma vez que correu sangue Angolano e que os motivos foram os da reivindicação da LIBERDADE, pedimos, insistentemente, que se proceda a um inquérito.

Sabe-se que, em semelhantes circunstâncias, a administração colonial procurou sempre ocultar o numero exato de mortos e as verdadeiras causas.

Com efeito, seria mesmo absurdo e desumano que o Mundo livre continuasse de braços cruzados, deixando massacrar, impunemente, milhares e milhares de homens pelos seus carrascos, sob o simples e quantas vezes falso pretexto de que se trata de assuntos internos do país.

Repetidas vezes denunciou o Povo Angolano as manobras tiránicas da administração colonial portuguesa perante a opinião mundial, mas, até aqui, não se têm senão multiplicado os assassinatos e as deportações.

Ao mais pequenino ruído, são despachados para Angola, às centenas, forças armadas que se não ensaiam a abrir fogo contra a população, por pura fantasia ou ao mínimo peca dilho do nosso povo, como se de autênticos animais se tratasse.

Não e não! Existe certo limite, além do qual o homem não suporta mais martírios e injustiças. E' assim que, infelizmente, em certos casos, a violência do colonizado aparece como o último gesto do homem acoitado para mostrar que está pronto a defender a sua vida. Sucede que em certas regiões escravizadas, a violência do colonizado se torna pura e simplesmente uma manifestação da sua existência propriamente animal porque tais reacções não são, em suma, mais que reacções de defesa, traduzindo um instinto comum inteiramente banal de conservação. Aliás, ensina-nos a história que houve colónias que se bateram pela liberdade, pela independência e pelo direito à felicidade e à vida.

Porque Portugal continua a menosprezar, por completo, a resolução da última Assembléia Geral das Nações Unidas que no seu 3.º parágrafo diz declaradamente: "Reconhecendo que o desejo da independência é uma aspiração legítima dos povos submetidos à dominação colonial e que negar-lhes o direito à livre-determinação constitui séria ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional" é que assistimos já a cenas deploráveis.

Apelamos, por isso, para as instâncias superiores internacionais e denunciemos o perigo que paira sobre Angola que queremos evitar, tanto no interesse do Povo Angolano como no do próprio povo português. Exigimos que uma Comissão de inquérito seja enviada a Angola e descubra o verdadeiro mobil das desordens e apresente relatório dos acontecimentos.

São seres humanos os que acabam de ser abatidos e não animais de caça, e, sendo assim, não admitimos que o assunto fique em silêncio. ("A Voz da Nação Angolana, fevereiro de 1961).



Tudo se vende  
através dos  
CLASSIFICADOS de  
O ESTADO DE S. PAULO



# Colonialismo: o caminho impossível

O debate do caso de Angola na última sessão do Conselho de Segurança da ONU marcou o isolamento irreversível de Salazar, não já apenas em Portugal como internacionalmente, em um dos ramos setoriais da sua política quanto ao qual contava até há pouco com o apoio das grandes potências ocidentais: o da sua política colonial. Vale a pena ser os fatos.

Em 15 de Fevereiro, o delegado da Libéria informou que pediria ao Conselho que tomasse medidas "para evitar que continue o abuso de direitos e privilégios humanos em Angola". O grupo afro-asiático de 46 delegações às Nações Unidas foi convocado para uma reunião pelo delegado do Ceilão, seu presidente durante o mês de Março, a qual se realizou no dia 9 desse mês. Com o apoio das 26 delegações do grupo africano, foi pedida a inclusão da queixa da Libéria contra Portugal na ordem do dia do Conselho de Segurança.

A questão foi ali admitida no dia 10 pelo presidente do próprio Conselho e delegado dos Estados Unidos, o antigo candidato à presidência Adlai Stevenson.

Todos os membros do Conselho se pronunciaram favoravelmente à inscrição da queixa, com uma Unida apresentaram um projeto Chile, que se absteve de votar.

cumpririam as obrigações que têm, como amigos de Portugal, se não manifestassem a sua opinião de que é agora imperativo que se ponha em prática nos territórios portugueses, fase por fase, um plano para o progresso e a autodeterminação desses territórios. O que queremos é que o povo angolano evolua pacificamente e queremos ajudá-lo a escolher o seu modo de vida".

No dia 16, Lincoln White, porta-voz do Departamento de Estado, disse que "é imperioso para Portugal empreender agora o planejamento do progresso político, econômico e social de Angola" e informou que os Estados Unidos tinham posto o governo português a par da sua atitude a propósito do futuro político de Angola, antes da votação da véspera no Conselho de Segurança.

No dia 22, a secretaria da Assembleia recomendou, por unanimidade, a inscrição da questão, de acordo com a proposta do Grupo, aprovando também outra recomendação, apresentada pelo Japão em nome de 39 países, para que o debate seja efetuado diretamente perante a Assembleia e não na Comissão Política Especial, conforme propunha Adlai Stevenson. Nesse mesmo dia, a Assembleia inscreveu, efetivamente, a questão na sua ordem de traba-

nais, se calhar provenientes ainda da guerra civil espanhola.

Quando se verifica, porém, que no Conselho de Segurança votaram contra o governo português os delegados da Libéria, da RAU e do Ceilão, e que o grupo afro-asiático compreende muitos estados cujos sentimentos anticomunistas são bem conhecidos, vê-se claramente a grosseira intrusão usada pelo governo de Salazar.

Por outro lado, está já apurado e divulgado por todas as agências internacionais de informação que os actos insurreccionais do passado mês de Março ocorreram em zonas situadas entre 200 e 600 kms. da fronteira com o Congo, o que vem mostrar quão longe está igualmente da verdade a alegação de Salazar de tratar-se de incursões de indivíduos não pertencentes aos grupos autoctones de Angola.

O significado de tudo isto é muito diferente e resume-se em que a política de força e intransigência, de cegueira e surdez, imposta por Salazar não é válida, sequer, como termo de uma ou mais alternativas possíveis mas, simplesmente, a política do impossível.

Trinta e tal anos de mistificação acerca da verdadeira natureza de toda a política colonialista poderão dificultar um pouco a visão clara do problema. Mas a coisa é já sobejamente manifesta, e é a de que, no mundo de hoje, não querer partir das colónias deixou de ser uma forma de não partir para passar a ser, também, uma forma de partir, com certeza a pior de todas.

Não partir ou partir é, pois, um falso problema, que apenas Salazar se atreve a pôr, quando o único problema que se deve colocar ao povo português é: como e quando partir?

E' este problema que tem de ser decidido o mais cedo possível, pelos reais representantes do nosso povo e pelos interlocutores politicamente válidos dos povos africanos das atuais colónias.

Para que ele possa ser equacionado a tempo de que a convivência pacífica das maiorias negras e das minorias portuguesas se venha ainda a tornar possível, compete a todos os democratas portugueses condenarem o envio de forças armadas para Angola como meio incapaz de resolver os diferendos entre o governo português e os povos desse território e defender a tomada imediata de todas as medidas adequadas para que sejam finalmente asseguradas a esses povos, e bem assim aos outros territórios africanos submetidos à soberania portuguesa, as condições necessárias à sua legítima e inelutável autodeterminação.

Não existe alternativa para isto, pois apenas um epitáfio corresponderá à política colonial, estúpida e criminosa, de Salazar: "os primeiros a chegar e os últimos a partir". A partir.



## Inter-ligação das emigrações

A Comissão eleita na assembleia do dia 5 de Março, para proceder ao estudo dos problemas implicados pelo propósito de maior penetração na colónia portuguesa do Brasil e de interligação dos diversos núcleos políticos de emigração e destes com a frente interna, teve já algumas reuniões e dará a conhecer, oportunamente, os resultados do seu trabalho.

Preside à Comissão o Cap. J. Sarmiento Pimentel e secretaria-o Dr. Manuel Sertório.

# Organização: tarefa da hora presente

MANUEL SERTÓRIO

O episódio Santa Maria está encerrado mas o mesmo não acontece nem deve acontecer com o debate de idéias salutarmente provocado por ele entre os democratas portugueses.

Quer mesmo dizer que a vantagem mais incontroversa daquela operação foi pôr na ordem do dia, para todos os anti-salazaristas, problemas sobre os quais por vezes se dormia descansadamente, tais como o de saber onde começa a ação direta e onde acaba a aventura; se pode haver ação direta longe do território nacional; o que distingue esta da ação armada e se por ambas se pode traduzir a ação insurreccional; se estão ou não ultrapassados os métodos de luta pacifistas usados pela Oposição durante 16 anos, especialmente em torno dos atos seletoriais; em conclusão: quais os processos de luta adequados às atuais condições portuguesas.

Não se julguem que estes problemas são meramente teóricos e sem interesse prático.

Ao contrário, se há que fugir da mera retórica, que em si própria não contém o germe da ação, o entusiasmo pela ação que previamente se não fundamenta numa interpretação política correta da realidade levar-nos-á facilmente ao aventureirismo.

Assim, a primeira conclusão errada que dos últimos acontecimen-

tos se poderá extrair é a de que existe um processo revolucionário que em si próprio se justifica e que nada tem a ver com a política. E' que, ao querer-se lutar eficazmente contra determinada situação política, há, como é óbvio, que proceder previamente à sua correta caracterização, o que é trabalho político; que enunciar os objetivos em vista, o que é também trabalho político; e que proceder ao estudo dos meios adequados para, de acordo com a determinação da realidade social, a alterar no sentido dos objetivos, o que é ainda trabalho político.

O que poderá suceder é que o caminho a seguir comporte, ou exija até, operações de caráter insurreccional. Nunca, porém, essas operações se poderão ou deverão configurar como um processo específico e exclusivamente revolucionário, pois a envolvê-las, como conseqüente e antecedente, deparar-se-á com o processo político, à luz do qual todas as ações terão de ser julgadas como justas ou incorretas.

Se todo o processo justo de luta social tem uma natureza política, o que sucede quanto às condições objectivas em que a luta do povo português pela independência e pela liberdade se vem desenrolando é que um plano de ofensiva geral contra o fascismo português deparará com extraordinárias perspectivas de êxito em tantos teatros de batalha quantos aqueles em que puder desdobrar-se e através de toda a espécie de ações de que se compuser, desde que verdadeiramente percucientes contra o salazarismo.

Exitos absolutos e inelutáveis? Sem dúvida que não, pois é dependera da estrita observância de alguns princípios políticos e organizativos.

O primeiro é o da exequibilidade dessa ofensiva geral, o que exigirá, naturalmente, que na sua elaboração participem representantes de todas as forças classistas e políticas que depois serão chamadas para a sua execução. E' essa exequibilidade que, antes de qualquer questão de princípios, torna necessária a ampla articulação de todas as forças que válidamente se opõem ao salazarismo, articulação que, se não chegar a merecer o nome de unidade, terá pelo menos de corresponder a uma cooperação antifascista que se traduza por compromissos assumidos por todos partidos e políticos empenhados na democratização do nosso país.

O segundo é o de que, tornando-se preciso, antes de tudo o mais, o concurso das massas para o derubamento do salazarismo, a frente interna tem de ser necessariamente a primeira a ser considerada, pois só aí a smassa poderão ser conduzidas à execução das tarefas que lhes venham a caber.

O terceiro, que decorre dos primeiros, é o de que não pode nem deve haver lugar na Oposição para "caçadores de feiticeiras", sejam quais forem os "caçadores" e sejam quais possam ser as "feiticeiras".

O quarto, finalmente, é o de que não se deve querer adstringir os anti-salazaristas a nenhuma disciplina esotérica, igual ou semelhante, afinal, àquela que eles combatem no salazarismo, pois apenas uma convivência democrática nas fileiras da Oposição é a garantia suficiente de que esse clima será o que presidirá à reconstrução material e moral de Portugal.

Um processo político de ataque global ao salazarismo, estruturado dentro dos princípios indicados, parece ser, na hora presente, a forma adequada a derrubá-lo.

Mas, mais uma vez, não chegam os princípios e a teoria; é também dar vida àqueles. E a primeira bem necessária a ação destinada a ação que urge, como primeiro passo para as mais decisivas, tem só um nome: ORGANIZAÇÃO.



O delegado da Libéria e Adlai Stevenson, dos EUA, antes da votação no Conselho de Segurança da ONU.

Na discussão da queixa, o Ceilão, a Libéria e a República Árabe Unida apresentaram um projecto de resolução para que o governo português "estude urgentemente medidas e reformas" que apliquem a Angola a resolução de 14 de Dezembro da Assembleia Geral da ONU, relacionada com a abolição de todos os estatutos coloniais. No texto do projecto preconizava-se também a criação de uma subcomissão encarregada de efetuar em Angola "as investigações que forem julgadas necessárias", devendo dar-se conta das mesmas ao Conselho de Segurança no mais curto prazo.

No dia 15 procedeu-se à apreciação e votação da questão e a política colonial de Salazar obteve este estrondoso e já conhecido "êxito": nenhum voto contra a queixa da Libéria, seis abstenções e cinco votos favoráveis à queixa, de entre os quais se deve destacar o dos Estados Unidos, quer pela sua importância política quer pelos termos enérgicos usados pelo seu delegado.

Depois de deplorar os acontecimentos em Angola e anunciando que o seu país votaria pela resolução proposta, Stevenson declarou:

"O ponto de vista dos Estados Unidos não mudou desde que Thomas Jefferson escreveu que todos os homens foram criados iguais. As desordens contra os portugueses, de que Luanda, capital de Angola, foi cenário, só podem ser examinadas adequadamente no contexto das dramáticas mudanças que ocorreram nos últimos anos. O povo de Angola tem o direito a todas as garantias contidas na carta das Nações Unidas. Estou certo de que Portugal reconhece que tem a obrigação solene de empreender reformas rápidas e sistemáticas. Os Estados Unidos não

lhos, pela estrondosa maioria de 89 votos a favor (incluindo o dos Estados Unidos), 8 abstenções e os votos desfavoráveis... da Espanha e da União Sul-Africana, há pouco excluída da Commonwealth.

A este propósito, e no que respeita à atitude do Brasil, que tem sido o melhor advogado de Salazar nas Nações Unidas, interessa referir que um dia depois, em 17, os jornais brasileiros informavam que o presidente da República enviara um memorando reservado ao ministro Afonso Arinos determinando-lhe que, na sua próxima viagem ao Senegal (onde vai assistir à comemoração da independência, em 3 e 4 de Abril), passe por Lisboa a fim de transmitir ao governo de Salazar a notícia de que o Brasil "não vê com bons olhos" a política colonialista praticada nos territórios africanos submetidos à soberania portuguesa. Essa política — teria acrescentado o presidente — não pode contar com o apoio do Brasil, no momento em que este país se coloca abertamente a favor da emancipação dos países africanos.

A confirmar estas preocupações internacionais e a justiça das posições tomadas e das diligências em curso na ONU, eclodiam graves atos de insurreição armada, no dia 17, na colónia de Angola.

Estes são os fatos. Como tenta interpretá-los o governo de Salazar?

De acordo com a afirmação do ditador, no seu discurso colonialista de 30 de novembro p.p., de que "está a abusar-se da hipocrisia e do cinismo", os fatos ocorridos nas Nações Unidas são tratados despuadoradamente como uma conspiração da URSS contra Portugal e os últimos atos insurreccionais mistificadamente apresentados como incursões fronteiriças, a partir do Congo, de guerrilheiros internacio-

## LEIA:

"MISSÃO EM PORTUGAL"

de Alvaro Lins

Preço Cr\$ 450,00  
Exterior incl. portes US\$ 3

"LA REALIDAD PORTUGUESA"

de Maria Luiza da Silva Neves

"QUANDO OS LOBOS JULGAM"

(A defesa de Aquilino Ribeiro)

Cr\$ 100,00

"OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS"

de MARIA ARCHER

Cr\$ 200,00 — Enc.: Cr\$ 300,00

Pedidos à nossa Redação



# A campanha pela anistia

S. B.

## 1. O APARELHO DE REPRESSÃO SALAZARISTA

É um fato que a tragédia da repressão policial em Portugal não despertava até há pouco um tão intenso repúdio por parte da opinião pública mundial quanto a repressão fascista em Espanha.

Isso compreende-se, mas não se justifica.

Compreende-se porque, enquanto o aparelho repressivo franquista, proveio de uma dolorosa guerra civil que mobilizou a consciência mundial em face da primeira tentativa de assalto internacional pelo nazi-fascismo, o aparelho repressivo salazarista foi paulatinamente institucionalizado e "aperfeiçoado" pelo jesuitismo legalista de Salazar e seus sequazes, na sombra de uma propaganda insidiosamente falsa pela qual o regime era e teimosamente é ainda apresentado ao mundo como simples e benevolente "paternalista".

Mas não se justifica, na medida em que os fuzilamentos franquistas são substituídos em Portugal por "subtis" espancamentos por vezes mortais, pelo internamento em campos de morte como foi o do Tarrafal e é hoje o do Blé e pela prisão perpétua permitida pelas medidas de segurança.

Esta triste equivalência de dois regimes idênticamente menosprezadores dos mais elementares direitos da pessoa humana foi, precisamente, posta a nú na Conferência de Montevideu, ultimamente realizada.

Em dois campos principais essa equivalência ressalta com meridiana clareza: no das leis repressivas e no da constituição e funcionamento dos tribunais especiais.

Em Portugal, as leis, promulgadas pelo próprio governo, prevêm toda a espécie de "crimes": delito de conspiração, em que incorrerá qualquer indivíduo que participe de uma simples reunião de carácter político; delito de associação ilegal, sempre que se não verifique a aprovação oficial dos estatutos de qualquer sociedade, mesmo tratando-se de associação cultural ou académica; delito de instigação ou provocação à desobediência em que poderá incorrer o autor de um artigo de jornal que a Censura haja deixado publicar; delito de greve; delito de difusão de informações consideradas falsas ou atentatórias do "bom nome" de Portugal; delito de injúrias ou ofensas ao "presidente da República", ao ditador, aos ministros-titêres, ao diretor da Pide, etc.

Como as penas previstas vão "apenas até 12 anos de cárcere, poderia pensar-se que a ditadura portuguesa fosse, na realidade, mais "benevolente" do que a do seu aliado Franco. A verdade, porém, é que o limite das penas político-criminais não é mais do que um dos embustes usados por Salazar no cuidadoso revestimento "legalista" da sua ditadura, já que, através das medidas de segurança, os tribunais podem condenar, e na realidade condenam, os democratas portugueses à prisão perpétua, sob a expressão melíflua de "internamento"... na prisão por períodos sucessivos de três anos cada um, indefinidamente prorrogáveis por proposta da Pide.

Claro que estas medidas de segurança em nada aproveitam da justificação doutrinária que fundamenta o instituto em outros países, como o Brasil, pois não são destinadas a corrigir e recuperar para a sociedade nenhum aspecto da personalidade dos pseudo-infratores (o qual só poderia ser o amor deles à liberdade do seu país) mas sim a defender o governo dos seus adversários, através da duplicação de penas pelo mesmo "delito", dado o carácter claramente punitivo das medidas.

Quando aos tribunais Plenários, encarregados do julgamento dos processos políticos, torna-se bem evidente, como não podia deixar de ser, a sua natureza especial, de excepção. O fato de serem integrados por juizes de direito não representa mais do que outra mistificação salazarista: o desejo de falsamente inculcar a estes órgãos a independência que não têm.

Com efeito, os seus presidentes são os juizes de 2.ª instância que presidem aos tribunais comuns de Lisboa e do Porto, sendo este cargo da livre escolha do ministro da Justiça. Por outro lado, somente das decisões finais é permitido interpor recurso, do qual, no entanto, nada há a esperar, já por serem verbais os depoimentos já por ser diretamente interposto para uma secção especial do Supremo Tribunal de Justiça (secção criminal) integrada por cinco magistrados da livre escolha do ministro da Justiça.

Com leis discricionárias em cuja letra ambígua se poderá considerar incriminado qualquer democrata, desaparece por completo o requisito da tipicidade, em que se baseia todo o direito moderno. E com tribunais que pela sua natureza mais se configuram como administrativos do que como verdadeiramente judi-



"A alegria do palhaço é ver o circo pegar fogo..."

ciais, dada a sua completa dependência do poder executivo, assiste-se fatalmente, como sucede em Portugal, ao desprezo absoluto de todas as garantias judiciais asseguradas pelas técnicas processualistas dos estados de direito.

Assim, em Portugal, não é a Pide que tem de fazer a prova da "culpa" de quem prende, tortura e envia ao tribunal, mas sim os presos que têm de fazer a prova da sua inocência. Para ilustrar este triste quadro, bastará lembrar que quem apresenta a julgamento tendo-se recusado a prestar declarações à Pide durante a "instrução" do processo é irremediavelmente condenado... como comunista, segundo a orientação da "santa inquisição" salazarista.

O que resulta de tudo isto são, como se sabe, dezenas e dezenas de condenações por mês, a grande maioria das quais acompanhada das complementares medidas de segurança, que perpetuam a detenção dos democratas encarcerados.

## 2. OBJETIVOS E PRESSUPOSTOS DA CAMPANHA

As campanhas pró-anistia têm uma natureza muito clara, que é a da solidariedade humanitária que as inspirou e alimenta e que atualmente transpõe fronteiras nacionais e até continentais.

É este fundo de solidariedade moral e humana perante a injustiça e o sofrimento impostos aos vários milhares de presos e exilados políticos ibéricos que permite aquela movimentação de massas em torno da campanha, que hoje é uma esplêndida e incontestável realidade.

É certo que o objetivo da campanha é apenas a anistia. Mas torna-se evidente que, se esta for alcançada para aqueles que neste momento estão presos e exilados, ter-se-á conseguido ao mesmo tempo a instauração em Portugal e em Espanha de verdadeiros estados de direito, em que a continuação das prisões, julgamentos e perseguições arbitrarias deixará de ser possível. Por outro lado, interessa referir os pressupostos do movimento pró-

anistia, que, a meu ver, são os seguintes:

Em primeiro lugar, a idéia, inteiramente correta, de que a forma mais válida de conseguir a libertação de um povo do jugo fascista são campanhas que exigem a participação ativa das massas populares, em vez do sacrifício, apenas, de algumas dúzias de indivíduos. Em segundo lugar, a convicção de que a pressão da opinião pública nacional e internacional, desde que firmemente mobilizada e orientada, é o melhor obstáculo que no mundo de hoje se pode opor, em qualquer local ao fascismo, já que essa opinião pública atua não só por si própria como através de largos setores da imprensa, dos governos democráticos e da Organização das Nações Unidas, que assim trazem um importantíssimo reforço à vontade e aos sentimentos dos povos.

Quer dizer: em lugar de tentar modificar a realidade por um processo meramente mecânico, a que o povo assiste mas no qual não participa, procura-se a mais ampla participação popular numa luta reivindicativa, que a opinião pública e os governos democráticos virão incentivar cada vez mais.

Já se deixa ver, portanto, como são erradas as críticas de alguns nefelibatas, segundo as quais as campanhas pró-anistia estariam necessariamente destinadas ao fracasso, sendo nessa medida completamente inúteis.

## DEMISSÃO DE SALAZAR

# São Paulo apoia o movimento pro-demissão de Salazar

Assinado pelo Cte. João Sarmento Pimentel e mais uma centena de opositores de S. Paulo, foi enviado para Lisboa, ao Prof. Mário de Azevedo Gomes o seguinte telegrama:

Os signatários — pelo "Centro Republicano Português", pelo jornal PORTUGAL DEMOCRATICO e pelo "Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" — apoiam veementemente a exigência dos 39 elementos da Oposição Democrática que exigiram a demissão incondicional e imediata do ditador Salazar e o restabelecimento das liberdades fundamentais e dos direitos de cidadania do nosso povo.

Nesta hora em que todos os patriotas portugueses exprimem, uma vez mais, a sua inteira repulsa pelo governo fascista de Salazar, os signatários felicitam vivamente V. Exa. e seus companheiros pela inquebrantável firmeza na direção das massas populares da frente interna na luta pela libertação, sem as quais esta não poderá tornar-se uma realidade.

# SALAZAR E FRANCO DOIS MONSTROS

LISBOA, março (A. de F.)

A última guerra — a mais horrível hecatombe de que há memória — foi produto das concepções diabólicas de dois tiranos sem nome e sem perdão — HITLER E MUSSOLINI.

Nos campos de batalha e nas áreas atingidas pela maquinaria de guerra, caíram milhões de seres humanos, atingidos pelos engenhos mortíferos. Mas não foi no teatro da guerra, propriamente dito que a desumanidade e a barbárie atingiu mais monstruosas proporções. Nos campos de concentração e nas invasões do nazismo e fascismo chegou a obliterar-se no coração e no espírito dos invasores à ordem dos chefes nazistas e fascistas todo o sentimento de humanidade e todas as noções do Direito e dos deveres impostos segundo as regras e princípios sublimes da civilização Cristã, princípios esses que lançaram sobre as da barbárie e selvageria que ensombrevam o mundo o facho luminoso da Verdade como companheira inseparável da Liberdade, da Justiça e da Razão — verdadeiras pistas do único caminho limpo dos escolhos que podem conduzir os povos à grandeza da virtude e à possível felicidade humana.

A América do Norte, em tudo e por tudo, à Inglaterra e à União Soviética — depois de ter sossobrado esse grande baluarte da democracia e da liberdade que é a França — uniram-se em defesa do mundo civilizado contra a tirania nazi-fascista.

Sem a ação coligada dessas três grandes potências tudo teria ruído, sob o predomínio dos monstros sinistros.

Os dois povos esmagados pela tirania de SALAZAR e FRANCO viam na vitória dos aliados o advento da sua libertação, e desta forma, não obstante a opressão exercida sobre qualquer manifestação contra o nazismo, o povo português manifestava-se sempre com delirante alegria quando a rádio anunciava qualquer vitória dos aliados, os paladinos da Liberdade.

Nas grandes casas de espetáculos, as vitórias nazistas eram recebidas com assobios e pateadas; as vitórias dos aliados com palmas e vivas.

Em toda a parte onde se verificava a presença de um Salazarista, estava um adepto de HITLER e de MUSSOLINI. Onde estivesse um anti-salazarista estava um acérrimo defensor da América, da Inglaterra e da União Soviética.

A posição dos ditadores da Península Ibérica perante a guerra foi de simulação neutralidade, mas ninguém ignorava que intimamente qualquer dos dois tiranos desejava ansiosamente a vitória do eixo.

Mas resumidamente, o fim a que visa este escrito é o seguinte: O oprimido povo português exultou sempre de alegria e com grande entusiasmo, pelas

vitórias da América e da Inglaterra. Via nesses baluartes da Justiça e da Liberdade a sua redenção. A sua fé e a sua simpatia era tão grande pelas nações aliadas contra o Eixo, quanto maior tem sido o seu desesperado desgosto com a proteção que a Inglaterra e a América têm dispensado aos execrands e sinistros ditadores que continuam a esmagar os infelizes povos de Portugal e Espanha, com o cerceamento de todos os direitos e regalias, como se estivessem sob o jugo de estrangeiros!

Como justificam os dirigentes anglo-americanos o seu incrível procedimento e a sua impassividade perante a escravidão dos dois povos que sempre nas horas mais críticas da guerra lhes deram com todas as demonstrações de simpatia e de extraordinária admiração?

Pois, senhores pioneiros da Justiça e da Liberdade dos povos — senhores arautos da Civilização cada vez mais purificada — chegou o momento de redimir o infeliz povo português!

É necessário terminar com essa afronta à consciência moral do mundo livre que inspirou a Declaração dos Direitos do Homem e os princípios que informam a NATO.

Os atuais chefes das nações que lutaram durante seis tormentosos anos para vencerem o nazi-fascismo, devem pôr imediato termo ao grave e imperdoável erro cometido pelos chefes vitoriosos da última conflagração mundial.

Logo após o armistício deviam ter limpo da Península Ibérica aquele escabrocho nazi-fascista que ainda perdura após mais de 15 anos do termo da guerra!

Se consentirem na continuidade, por mais tempo, da escravatura que há mais de 30 anos vem provando, tão desumanamente, o povo português com o péso do jugo salazarista — cometem um grave erro que a história registrará como uma recriminação à tolerância humana para com esses dois monstros que, na Península Ibérica, continuam a imitar os senhores feudais e tiranos da Idade Média.

É isto quase no ocaso do Século XX — quando tanto se fala de Civilização.

## Conselho de Redação

Por decisão unânime do Conselho de Redação deste jornal, em reunião de 4 de Março p.p., ingressou no mesmo o dr. Manuel Seratório, em substituição ao sr. Henrique Pereira Santo, que pediu demissão em virtude de compromissos particulares não lhe permitirem dar a PORTUGAL DEMOCRATICO a assistência indispensável.



# A Organização Da Democracia Portuguesa

JORGE DE SENA

No n.º 39 de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, referente a Agosto do ano passado foi publicado um artigo meu, subordinado ao título A COMUNIDADE DE ESTADOS PORTUGUESES. Nesse artigo, do qual os nacionalistas africanos apenas relevaram a proposta da Comunidade de Estados independentes que sem razão lhes desagradou, os acólitos de Salazar, em Portugal, apenas se inquietaram com a proposta de não serem elegíveis os indivíduos que, nos dez anos anteriores à queda do regime, tivessem ostensivamente e politicamente servido um regime de opressão anti-democrática, não era apenas defendida uma organização transitória para a extinção do colonialismo português. Nesse artigo, era, sobretudo e principalmente, exposta uma orgânica que garantisse e defendesse o estabelecimento e fortalecimento da Democracia Portuguesa.

A verdade é que, se não queremos o regime actual, não queremos também um liberalismo inconsequente e indefeso, que abra as portas ao retorno da violência e do autoritarismo. Como nesse artigo eu acentuava, os problemas com que a Democracia Portuguesa se defrontará são terríveis, e não serão apenas uma revolta vitoriosa ou uma reconversão liberalizante que vão resolvê-los. E toda a estrutura político-política do país, toda a organização política do Estado e da Administração, que estão em causa. E não é um Parlamento Constituinte, eleito "ad hoc" após um interregno provisório, que estar em condições de resolvê-los. A reforma política de Portugal terá de ser uma reforma de base, ou não será. De facto, sem uma reforma de base, que crie, em todos os níveis, uma politização vigilante e activa, nem sequer será possível garantir que uma Assembleia Constituinte represente efectivamente os anseios e as necessidades de um povo desvirilizado e despolidizado por mais de três décadas de opressão policial de favoritismo de falta de informação de desconhecimento das realidades políticas internas ou externas. Se os democratas portugueses se fiarem no carácter mágico e redentor da palavra "Democracia" terão um Estado pseudo-democrático criado e dirigido pelos ex-salazaristas. Não haja disso a mínima dúvida. Porque não tendo havido uma subversão social violenta capaz de arrancar das mãos dos seus detentores todas as alavancas da Finança, da Indústria, do Comércio, da Agricultura, do Ensino, da Administração Pública, da Grande Imprensa — todas elas dominadas ou coagidas pelos interesses que hoje apoiam o regime —, os democratas e o povo português não terão o controle efectivo das organizações partidárias que os constituam. Da Imprensa que os apoiará, do Dinheiro que comprará consciências como as tem silenciado até hoje, às vezes só pela pressão económica. Isto é o que nos espera, se consentirmos, inadvertidamente, que a Democracia comece de cima, no Terreiro do Paço e nas Câmaras de São Bento, sem aquela pressão democrática que, consubstanciando o país, pese eleitoralmente, e compense, pelo controle das autarquias, aquela pressão que a Banca omnipotente não deixará de fazer, para que tudo, sob nova fachada, se mantenha na situação de protecção monopólio. lista e de especulação financeira e imobiliária, que é a actual.

Por isso se propunha que as eleições democráticas fossem feitas gradualmente, substituindo-se sucessivamente, em todos os escalões, as pessoas que a Revolução ou o Governo Provisório tivessem designado. Se assim se não fizer, a De-

moocracia será traída nos seus próprios fundamentos, porque as eleições gerais, parlamentares, terão sido organizadas por pessoas que, por idóneas que democraticamente sejam, foram nomeadas por um Governo que nada nos garante seja todo o intimamente democrático, ou se nomearam, pela força das circunstâncias. Ora, na concepção democrática mais corrente em Portugal, o núcleo-base dos círculos eleitorais é a Junta de Freguesia, que tem o controle dos Cadernos Eleitorais. Para esses Cadernos, não deverá ser afinal o Governo Central quem, a não ser em casos controvertidos, decida da inscrição neles. E, se não queremos que os salazaristas impenitentes ou os democratas de última hora sejam elegíveis ou eleitores, não queremos também que seja qualquer Governo Central quem decida do espírito democrático dos cidadãos. Tal decisão deve ser democrática. Por isso, elejam-se antes de mais as Juntas de Freguesia.

O grau seguinte da estrutura política são os municípios. Façam-se, pois, logo após, eleições municipais que dêem a administração deles ao equilíbrio, que não deixará de manifestar-se, entre as tendências políticas e os interesses locais. Resposta ao nível da Freguesia e do Município, a Democracia, poderá então o Governo Provisório, e poderão os partidos, considerar a eleição de uma Assembleia Constituinte, a que caiba redigir uma Constituição que o País deve plebiscitar. Mas, estabelecida uma Assembleia Constituinte com uma determinada composição partidária, o Governo Provisório não mais poderá continuar sendo a "combine" resultante das circunstâncias e de directórios partidários ainda incipientes ou não confirmados por eleições. O Governo Provisório terá de passar a reflectir a Assembleia, até que esta, dissolvendo-se uma vez cumprida a sua missão, abra o caminho à normalidade segundo a Constituição plebiscitada. Presidência da República, uma ou duas Câmaras, Comunidade, etc. tudo isso terá sido decidido pela Constituinte que não somos ainda e possivelmente não seremos. Mas, antes de tudo isso, guardiões da Democracia, lúcidos e vigilantes, temos o estrito dever de o ser.

A Democracia não é, nem pode ser, outorgada. A Democracia é uma criação dos democratas e uma conquista do povo. Se os democratas e o povo confiarem no jogo eleitoral de uma liberal pseudo-democracia, terão o prazer de, através das mesmas grades de hoje, assistirem, com as melhores garantias da democracia, às evoluções pseudo-democráticas dos seus inimigos. Eles têm tudo, e terão tudo o que não for possível tirar-lhes. Nós temos apenas a Democracia. Será que nos preparamos, no comodismo retórico ou na agressividade da acção directa, para que até isso nos seja roubado?

## Aos Leitores

Tendo havido pessoas que manifestaram dúvidas acerca do sentido exato da nota "O nosso jornal e o problema africano" publicada no n.º de fevereiro, "Portugal Democrático" lembra que a sua posição expressa em diversas oportunidades foi sempre bem clara, e não se presta a equívocos.

Isto quer dizer que o futuro dos territórios ultramarinos deve resultar da livre escolha dos seus naturais, sem distinção de cor, de crença ou de classe; e a publicação de qualquer matéria, proveniente de organismos, grupos, ou pessoas, não tem sido dada a lume nas nossas colunas a título apenas de informação, mas pelo fato de reconhecermos que aos naturais desses territórios assiste o direito de se quererem e de os quererem livres e não assiste a nós, portugueses metropolitanos, nenhum direito de contrariar esse desejo de liberdade.

# Uma jornada de organização

Conforme convocatória publicada neste jornal, realizou-se no passado dia 5 de março uma ampla reunião de democratas para um debate franco sobre as atuais possibilidades das emigrações na luta pelo derrubamento do Salazarismo.

Estiveram presentes muitas dezenas de anti-salazaristas, a maior parte dos quais de São Paulo e provenientes, outros de Assis e do Rio de Janeiro. Compareceu também, tendo para tanto se deslocado aqui propositadamente, um delegado dos partidos africanos que nas colónias portuguesas lutam pela liberdade.

O "Grupo de Portugueses Democratas do Uruguai" enviou um telegrama nomeando seu delegado ao Dr. Manuel Sertório e remeteu também um documento equacionando diversos problemas. O "Grupo de Portugueses Democratas de Inglaterra" fez conhecer, por carta dirigida igualmente a quem nosso companheiro, o ponto de vista segundo o qual não devem ser poupados esforços para a rápida criação de um organismo que articule todos os núcleos de emigração política espalhados pelo mundo. Cerca das 16 horas deu-se início aos trabalhos da assembleia, a qual foi presidida pelo Cap. J. Sarmiento Pimentel e secretariada pelo Prof. Vitor Ramos.

O Cap. Henrique Galvão, que compareceu por alguns minutos, fez breve alocução.

Por proposta do Dr. Manuel Sertório, foi fixada, depois, a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — apreciação do problema de uma maior penetração democrática na colónia portuguesa do Brasil; e

2.º — apreciação do problema da interligação dos vários núcleos políticos de emigrados e destes com a frente interna.

Fizeram intervenção sobre estes dois pontos os nossos companheiros Da. Maria Archer, Paulo de Castro, Prof. Jorge de Sena, Léonie Alexandre, Alves Gil, Dr. Manuel Sertório, Cap. J. Sarmiento Pimentel, Prof. Casais Monteiro, Dr. Toga Machado, Joaquim Duarte Baptista e Prof. Vitor Ramos.

Sobre a desejável e possível penetração democrática, em maior extensão e profundidade, na colónia portuguesa do Brasil, vários companheiros chamaram a atenção para a existência de diversas camadas de emigrados susceptíveis de serem atraídas para a nossa luta.

Paulo de Castro lembrou até que o nosso grande amigo Ricardo Seabra tivera já a ideia de organizar no Rio uma associação para auxílio aos emigrados portugueses, a qual lhes daria assistência legal, cultural e material.

Jorge de Sena, ainda sobre o mesmo ponto, sugeriu a criação de uma associação luso brasileira, em que ingressariam individualidades brasileiras de representatividade e amigas do povo português, que em muito poderia contribuir para a perseguição dos nossos propósitos.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, todos os democratas que usaram da palavra foram unânimes em considerarem de primordial importância a interligação dos núcleos políticos de emigrados espalhados por todo o mundo e destes com as forças políticas da frente interna.

Paulo de Castro e Manuel Sertório deixaram nitidamente afirmada a necessidade da regularidade e segurança dos contactos com a frente interna, dado que, pela importância política e tática desta, muito maior do que a das emigrações, será somente nela que o destino do salazarismo poderá ser desafiado com êxito e resolvido a nosso favor. Fundamentaram este ponto de vista da necessidade de se contar, em primeiro lugar, com as massas populares para o derrubamento do fascismo no nosso país, o que só poderá suceder se elas forem consideradas previamente num plano estabelecido pela frente interna, que é onde as massas se encontram, em lugar de se esperar que elas "apareçam" para secundar

iniciativas desencadeadas do exterior, à preparação e execução das quais tenham sido absolutamente estranhas.

Manuel Sertório chamou ainda a atenção para mais dois requisitos da nossa luta, que têm de ser estritamente observados se quisermos — disse — assegurar a essa luta a necessária eficiência e pureza de princípios: o repúdio terminante e expresso de quaisquer e todas as discriminações políticas na Oposição, quer em Portugal quer nas emigrações, e a aceitação leal de uma forma de convívio democrático para todos os opositoristas.

Também o delegado dos partidos africanos das colónias se pronunciou pela criação urgente de uma frente comum, em que as oposições interna e externa se encontrem intimamente ligadas. Esclareceu que todos os processos de luta lhe parecem bons, desde que da sua preparação e execução não seja excluída nenhuma corrente política, mas que só em Portugal, ou nas colónias, lhe parecia poder ser praticada a chamada acção directa, a qual do exterior, nenhum sentido comportava. Preferia, por isso, falar em acção armada, que as populações das colónias estavam dispostas a apoiar, mas sob a condição de que ela correspondesse a uma organização política, enquadrada no dispositivo das forças da frente interna.

Encerrada a discussão deste último ponto da ordem dos trabalhos, o nosso companheiro Manuel Sertório propôs a eleição de uma comissão que ficasse encarregada de proceder ao estudo de todos os problemas levantados quer pelo propósito de maior penetração democrática na colónia portuguesa do Brasil quer pelo da coordenação das emigrações políticas e destas com as forças políticas de Portugal. A comissão pôr-se-ia imediatamente em contacto com os diversos núcleos de emigração e com as forças políticas da frente interna, solicitando-lhes a colaboração necessária para que o segundo objetivo possa ser alcançado pelo concurso, em pé de igualdade, por todos os núcleos e organismos políticos. Sugeriu logo alguns nomes, aos quais outros foram acrescentados, tendo a constituição da comissão sido aprovada por unanimidade, com a seguinte composição: Augusto Aragão, António Fonseca, Eng. António Ricca Gonçalves, Joaquim Duarte Baptista, João Alves das Neves, Cap. João Sarmiento Pimentel, Eng. Manuel Mires Doreis e Dr. Manuel Sertório, além de um elemento do Rio e outro de Assis, não necessariamente sempre os mesmos, que terão franco acesso às reuniões da Comissão.

O Prof. Jorge de Sena apresentou ainda outra proposta, também aprovada por unanimidade, pela qual a Comissão estudará a oportunidade e os termos de um documento a subscrever pelos emigrados expondo a sua posição sobre as necessidades atuais da luta pelo derrubamento do fascismo salazarista.

A publicação de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é subvencionada exclusivamente pelos seus leitores.

Contribuam na medida do possível para que PORTUGAL DEMOCRÁTICO possa cumprir a sua missão: denunciar perante a opinião pública mundial os crimes do salazarismo, como portavoza que é da Oposição ao regime de Salazar, e informar o povo português sobre a verdade dos acontecimentos.

Endereços de Assinantes

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Rua Conselheiro Furtado, 191  
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDACÇÃO

João Sarmiento Pimentel  
Presidente de Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos  
Maria de Araújo, Fernando Correia  
da Silva, Fernando Lemos,  
Manuel Sertório, Jorge de Sena,  
Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos  
Cruz, Carlos Neves, Francisco Lope,  
Manuel Ferreira Moura, Silvério  
da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCUR-  
SAL: — Av Rio Branco, 185 —  
— Gr. 509 — Edif. Marquês de  
Herval — Telefone: 22.9224 —  
ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge  
— Rua Senador Pompeu, 832 —  
Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto  
Soares d'Oliveira — Rua Ma-  
rechal Deodoro, 334 — Juiz de  
Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino  
Pereira Vilhena — Rua Rio de  
Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa  
Postal 24 — Belo Horizonte —  
(Minas Gerais)

PORTO ALEGRE: Fernando Te-  
mudo de Almeida Soares — Edif.  
Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal  
2.559 — Porto Alegre — Rio  
Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho  
— Av. Sete, nº 1 — Edifício Su-  
lcap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Por-  
tugueses Democratas da Inglaterra  
(GPDI) 374, Gray's Inn Road,  
W. C. 1 — London

CANADÁ: Comitê dos Portugueses  
Democratas do Canadá — 47  
Barrymore Road — Scarborough  
— Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato,  
29 Rue St. André des Arts —  
Paris, 6.ºe.

VENEZUELA: Junta Patriótica  
Portuguesa — Apartado 8287 —  
Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos  
— Calle de Los Llanos, 1790  
— DOCK SUR —

Avellaneda — Buenos Aires  
URUGUAI — Agrupação de Por-  
tugueses Democratas — Colónia  
1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel  
Nunes — Konevova, 160 — Ziskov  
— Praha —

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 —  
Sala 2 — Caixa Postal 4.469 —  
Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso: Cr\$ 5,00  
Assinatura anual: Cr\$ 200,00  
Assinatura especial: Cr\$ 500,00  
Ass. p/ o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano V - N.º 47 - Abril de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.